

CEOSE

RECOMENDAÇÕES SÔBRE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

E

REFORMA ADMINISTRATIVA

ESTADO DE SERGIPE

Documento BA
JACQUES TORFS
UNESCO
abril de 1967

CAPÍTULO

BASES PARA O PLANEJAMENTO EDUCACIONALA. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA

O estado de Sergipe encontra-se numa situação melhor das demais estados nordestinos.

A renda per capita é de 12% mais do promédio nordestino, provavelmente por que a zona de sertão em Sergipe é menos extensa do que nos estados vizinhos. A renda per capita, porém, não é superior a 60% da renda promédia para o Brasil. Fato êste que pode ser atribuído à predominância duma agricultura primitiva na economia global (Quadros 1 e 2).

A população atual é de cêrca de 870.000 pessoas, das quais 385.000 moram nas zonas urbanas.

A população global aumenta numa taxa de 2% ao ano. A população urbana aumenta de 5% ao ano.

De acôrdo com o plano de desenvolvimento de Sergipe, recentemente publicado, a população em 1970 alcançará 926.000 pessoas, das quais 430.000 nas zonas urbanas.

A análise do plano de desenvolvimento de Sergipe permite concluir que será difícil assegurar aumentos contínuos dos níveis de renda a esta população em expansão constante: Sergipe tem uma superfície muito limitada de boas terras agrícolas, e não é necessário mais do que uma fração da população rural atual para ará-las. Em consequência, sobra uma boa parte da população rural que deverá buscar emprêgo em ocupações não agrícolas.

Os demais recursos do estado entre os quais o sal e o potássio são de difíceis desenvolvimento, por várias razões que não são exclusivamente técnicas.

A exploração dos recursos petrolíferos poderá melhorar a situação geral sem produzir necessariamente o que mais necessita o Estado, isto é, uma grande quantidade de emprêgos bem remunerados.

Parece evidente, pois, que o estado de Sergipe tem que contar com a emigração para resolver seus principais problemas econômicos e sociais num futuro próximo.

B. ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

As estatísticas educacionais de Sergipe são particularmente inadequadas. Necessitar-se-á fazer um inventário completo para avaliar corretamente a situação atual e chegar a conclusões sólidas.

O quadro 3 apresenta uma estimativa preliminar da distribuição provável da matrícula por sistema e por níveis educacionais, entre 1965 e 1967.

Essas projeções baseadas sobre as tendências e proporções dos anos anteriores permitem concluir que em 1967 cerca de 100.000 alunos, isto é, 11% da população total frequentam a escola primária e que o sistema estadual de ensino se responsabiliza pela educação de 46% deste total.

O ensino médio abrange 16.000 alunos, 60% dos quais são matriculados nas escolas particulares.

Finalmente, a matrícula do ensino superior não atinge a 600 alunos.

As estimativas do quadro 4 indicam que mais da metade dos alunos das escolas primárias frequentam as escolas urbanas.

C. PRODUTIVIDADE DO ENSINO PRIMÁRIO

À primeira vista as estatísticas sobre a assistência à escola primária são muito favoráveis:

Teoricamente pode-se calcular que se não houver repetentes e numa situação estável, a matrícula total das escolas primárias seria igual a 11% da população total, ou seja, a população da faixa etária de 7 a 11 anos.

Com uma população total de 870.000 pessoas, a assistência à escola primária não deveria exceder a 95.700 alunos, ou seja aproximadamente a matrícula das escolas primárias em 1967.

Na realidade, esta matrícula atual reflete as influências simultâneas de 3 fatores que são:

- a) uma taxa de repetência muito forte,
- b) uma taxa de evasão ainda maior,
- c) a expansão rápida do sistema educacional o que implica a integração nas escolas primárias duma grande quantidade de adolescentes que pertencem às faixas etárias pós-primárias.

O sistema estatístico oficial não oferece bases sérias para analisar essas influências. Foi necessário então, utilizar técnicas matemáticas para chegar a certas conclusões preliminares a este respeito.

O Quadro 5 apresenta uma projeção da distribuição provável das matrículas das escolas primárias de 1965, último ano no qual dados oficiais são disponíveis até 1967.

Observar-se-á que a matrícula do 1º ano primário é de cerca de 75% da matrícula total, o que sem dúvida nenhuma reflete uma alta taxa de repetição.

O Quadro 6 indica como calculou-se uma primeira aproximação do número provável de repetentes do 1º ano primário e do total das séries primárias.

Em condições estáticas a matrícula nova do 1º ano primário não pode exceder a população duma faixa etária de um ano, que é representativa do conteúdo demográfico promédio do grupo de população entre 6 e 12 anos de idade, ou seja, no máximo, 2.9% da população total do Estado.

Neste caso a matrícula máxima teórica não poderia ser mais

de 25.259 pessoas (sem incluir os repetentes). Esta matrícula somente poderia ser alcançada numa situação na qual existissem escolas para todo mundo, em tôdas as partes do Estado.

Este não é o caso: pode-se estimar que escolas primárias são disponíveis somente a 98% da população urbana e a 72% da população rural. É evidente que o sistema educacional não poderá durante muitos anos alcançar a todos os meninos que vivem dispersos nas zonas rurais. Neste caso a matrícula máxima prática sem repetentes seria de 11.000 alunos pelas zonas urbanas e 10.000 pelas zonas rurais ou seja um total de 21.000 .

O quadro 7 indica que, neste caso, se a matrícula nova não fôr mais de 21.000 alunos, a matrícula de repetentes no 1º ano primário deve ser de 53.700 alunos e a taxa de repetição (matrícula total dividida por matrícula nova) de 3.55 o que indicaria que por média todos os alunos do 1º ano primário repetem mais de 3 vezes a mesma série antes de continuarem seus estudos ou antes de abandonarem definitivamente a escola.

Fazendo-se os mesmos cálculos para as zonas urbanas e rurais concluir-se-á que a taxa de repetição no meio urbano é de 2.23. No meio rural é de 4.24 (quadros 6 e 7). Para tôdas as séries de ensino primário a taxa de repetência nas escolas primárias urbanas é de 2. E 3.5 nas escolas rurais.

Que a taxa de repetência seja realmente inferior aos níveis citados, é de fato um ponto pacífico. Demonstra-se no Anexo 2 que, em circunstâncias de rápido desenvolvimento escolar, a assistência máxima prática pode ser maior que a assistência máxima calculada teoricamente.

Notar-se-á que esta observação é muito mais aplicável no meio rural, onde a expansão do sistema escolar é mais dinâmica. Ademais, se se decidir, por uma razão ou outra, reduzir ou limitar estritamente a expansão quantitativa do sistema de ensino em favor de melhoramentos qualitativos, os cálculos do quadro 7 e as taxas de repetência indicadas tornar-se-ão efetivas dentro de poucos anos.

As cifras do quadro 7 permitem calcular a verdadeira taxa de evasão.

Existem atualmente muitas estatísticas oficiais sobre a evasão, e tôdas estão erradas porque definem a taxa de evasão como a relação entre o número de alunos que saem do 4º ano e a

matrícula da 1ª série. Na realidade, a verdadeira relação é entre as saídas do 4º ano e a nova matrícula da 1ª série. A verdadeira produtividade de um sistema educacional ou de qualquer sistema produtivo só se pode calcular por uma confrontação entre o volume de produção (output) e a utilização de matérias primas (input). Calculada desta maneira, a evasão nas escolas primárias de Sergipe é de 70% da matrícula nova de primário para as escolas urbanas, de 93% para as escolas rurais e de 84% para tôdas as escolas primárias em promédio.

A evasão é ainda maior se as estimativas dos repetentes incluemem, na realidade, uma nova matrícula de alunos tardios.

D. O PROFESSORADO PRIMÁRIO

Uma das características que mais impressionam no sistema estadual de educação de Sergipe é que a Secretaria não possui qualquer dado preciso sobre o número de professores primários em serviço.

Várias cifras são apresentadas, porém tôdas parecem pouco lógicas: o censo escolar de 1964 assinala um total de 2.584 professores primários em 1964 para todos os sistemas de ensino, enquanto o IBGE menciona a cifra de 2.509 professores em 1965 (Quadro 11). Poder-se-ia, então, concluir que, em 1967, haveria cerca de 3.000 professores. Este total não deveria incluir mais de 1.500 professores estaduais: o Estado só se encarrega da metade da rede escolar primária.

O "Censo dos Servidores Públicos Estaduais" indica a existência, em 1966, de 3.097 funcionários a serviço da Secretaria de Educação e Cultura:

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CAPITAL	296	1.117	1.413
INTERIOR	114	1.570	1.684
TOTAL DO ESTADO	410	2.687	<u>3.097</u>

Parece muito duvidoso que o pessoal administrativo ou não-docente represente mais de 10% desse total.

A cifra, também, orçada para o professorado estadual em 1967 é de NCr\$ 2.500.000,00 o que corresponderia a um contingente de 2.800 professores com uma média de salário de NCr\$ 70,00 mensais.

Nesse caso, não se explica seja necessário um promédio de 1 professor estadual para 17 alunos no Sergipe, quando a média nacional é de 1 para 30 ou 35.

A verdadeira situação deveria ser definida através de um novo cadastro de professorado.

O Quadro 10 demonstra que o treinamento dos professores existentes é absolutamente insuficiente: não mais de 24% são normalistas, na sua maioria concentradas na cidade de Aracaju. Na zona rural, 88% dos professores não são normalistas, possuindo apenas instrução de nível primário. Grande parte destes leigos não tiveram, na realidade, mais de 1 ou 2 anos de ensino rural primitivo.

F. UNIDADES ESCOLARES

São rudimentares as estatísticas relativas ao número de Unidades Escolares; êste, que em 1963 era de 1.315, aumentou consideravelmente entre 1963 e 1965 e deve agora alcançar a casa dos 1900. Esta expansão foi financiada principalmente pelo programa USAID, que construiu 195 salas, e pelo Plano Nacional, ao qual devem-se 143 salas. O restante foi construído pelos municípios. A maior parte das novas Escolas foi construída no meio rural e não possuem mais que uma sala. Em consequência, o número médio de salas de aula por Unidade baixou provavelmente de 1,4 em 1963, para 1,2 em 1967.

ESTIMATIVA PRELIMINAR. NÚMERO DE ESCOLAS E DE SALAS.ENSINO PRIMÁRIO

	Unidades Escolares	Salas de Aula	Salas por Unidade
1963	1.315	1.841	1.4
1965	1.716	2.210	1.3
1967	1.900	2.300	1.2

Na situação atual a predominância das escolas de uma sala no Estado de Sergipe, é considerável. A seguir, damos uma descrição da situação provável em 1967, de acôrdo com as informações disponíveis (Quadro 11).

MODELO HIPOTÉTICO, DISTRIBUIÇÃO PROVÁVEL DAS UNIDADES ESCOLARES

em 1967

	<u>ALUNOS</u>	<u>SALAS</u>	<u>ALUNOS/ SALA</u>	<u>ESCOLAS</u>	<u>SALAS/ ESCOLAS</u>
TOTAL	95.000	2.300	41	1.900	1.2
UNIDADES ESCOLARES	20.000	300	66	50	6.0
ESCOLAS ISOLADAS	75.000	2.000	27.5	1.850	1.08

Apenas 22% dos alunos de Sergipe dispõem de escolas adequadas para assegurar 4 séries escolares. Aparentemente não se utiliza o sistema de 2 turnos, exceto em 3% das escolas primárias. A produtividade de tal sistema educacional é muito duvidosa.

São muito deficientes as condições materiais da maioria das escolas existentes, tanto as estaduais como as outras. É péssima a manutenção dos prédios e equipamentos, e inexistentes os serviços sanitários. Felizmente, parte dos fundos facilitados pelos programas MEC e USAID foram aproveitados para a melhoria dessas condições.

É particularmente difícil obter indicações válidas e normas claras sobre os custos de construção escolar, que podem diferir consideravelmente de acordo com a dimensão das salas, o tipo de escola, as disponibilidades locais em materiais de construção, etc.

As informações obtidas no Estado de Sergipe permitem concluir que os investimentos totais por aluno são, aproximadamente, os seguintes:

(Em Cruzeiros Novos, poder aquisitivo em abril de 1967)

ESCOLAS URBANAS (1 turno)	NCr\$ 481,00
ESCOLAS URBANAS (2 turnos)	NCr\$ 240,00
ESCOLAS RURAIS	NCr\$ 631,00

Um grupo escolar urbano típico, de 6 classes, terá cerca de 840 metros quadrados (4 metros por aluno^{1/}), distribuídos entre salas, áreas sociais, instalações higiênicas e uma cantina. O investimento total em construção, a NCr\$ 100,00/120,00 por metro quadrado^{1/}, será de NCr\$ 84.000,00, no mínimo. O equipamento custará NCr\$ 2.500,00 por sala de aula^{2/} (NCr\$ 15.000,00 por uma escola de 6 classes ou 210 alunos/turno) e NCr\$ 2.000,00 pela cantina^{1/}. O custo mínimo da escola ficará em NCr\$101.000,00.

Uma escola rural isolada típica terá uma superfície de .. 220 m² - incluindo a sala de aula, as zonas sociais e a casa da professora. Os custos de construção alcançarão de NCr\$ 80,00 a NCr\$ 100,00 o metro quadrado, ou seja, um total de NCr\$ 17.600,00, minimum por escola. O equipamento completo, incluindo a casa da professora custará NCr\$ 4.500,00. O investimento total será de NCr\$ 22.100,00.

1/ Informação fornecida pelo Sr. Secretário de Obras de Sergipe.

2/ A Cadeira Bipessoal custa NCr\$ 30,00.

Os custos de construção de escolas de ensino médio e unidades especializadas (centro de treinamento) ficarão entre NCr\$ 150,00 e 200,00 o metro quadrado.

Nessas condições, para a realização de um programa de construção que permita aumentar a matrícula bruta (incluindo repetentes) na taxa atual de 5.5% ao ano, necessitar-se-ia investir ... NCr\$ 2.395.250,00 por ano, assim:

ESCOLAS URBANAS	2.750 alunos a NCr\$ 240,00 c/u -	NCr\$ 660.000,00
ESCOLAS RURAIS	2.750 alunos a NCr\$ 631,00 c/u -	NCr\$ 1.735.250,00
	TOTAL -	NCr\$ 2.395.250,00

O programa rural custaria globalmente, por aluno, quase 3 vezes o que custaria o programa urbano.

Deve-se anotar que é seguramente possível aproveitar melhor a capacidade das escolas rurais: se fôrem localizadas em setores de adequada densidade demográfica, poder-se-á aumentar o número de alunos por classe, ou dobrar o número de turnos.

Temos visto, porém, que, na realidade não existem razões imperativas para desenvolver ambiciosos programas de construção escolar. Parece muito mais desejável aproveitarem-se os fundos disponíveis para reconstruir as unidades escolares existentes, e converter as escolas isoladas em unidades adequadas para dar 4 séries completas a todos os alunos do Estado.

O exemplo teórico, a seguir, indica que os custos de reconstrução e adequação de um programa serão provavelmente consideráveis:

CUSTOS PROVÁVEIS DE UM PLANO MÍNIMO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
DAS ESCOLAS DE SERGIPE

(A) Reconstrução das escolas isoladas (1/4 dos custos unitários das escolas, ou NCr\$ 5.500,00 para 1850 escolas).....	NCr\$ 10.175.000,00
(B) Construção de uma sala adicional de 100 m ² para cada uma das 1850 escolas isoladas	NCr\$ 14.800.000,00
(C) Reconstrução das Unidades Escolares (1/4 dos custos unitários das escolas, ou NCr\$ 25.000 para 50 escolas).....	NCr\$ 1.250.000,00
TOTAL.....	NCr\$ 26.225.000,00

Notar-se-á que a realização de tal programa, que poderia ser executado num período de 10 anos, produziria vagas para um mínimo de 64.750 novos alunos, isto é, que permitiria atender à da a nova demanda previsível, e também melhorar consideravelmente as condições físicas de todo o sistema educacional primário do Estado.

F. ORIENTAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL, MÉDIO E SUPERIOR

Os Quadros 12 e 13 descrevem a situação estatística dos sistemas de ensino médio e superior em 1965.

Nesse ano, 14.000 alunos frequentavam as escolas de ensino médio, 60% das quais são particulares. Desses alunos, 77% faziam o 1º ciclo e 25% estavam matriculados no 2º ciclo.

Estima-se que em 1966 tenham sido distribuídas 5.600 bolsas de estudo aos alunos de ensino médio. Dêste total, o Estado financia 3.600 e a CONABE 2.000 bolsas. A maior parte dos bolsistas matricularam-se nos ginásios secundários particulares.

No ano de 1965 cêrca de 600 alunos deixaram os colégios, e aproximadamente 90 matricularam-se nas faculdades e escolas superiores locais, que, no mesmo ano, diplomaram 35 alunos, assim distribuídos:

ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA	5
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	16
ENGENHARIA QUÍMICA	4
DIREITO	10

De acôrdo com as informações recolhidas pelo grupo CEOSE, os alunos das escolas técnicas do nível médio formados em Sergipe encontram emprêgo localmente sem maior dificuldade. O que acontece com os diplomados nos colégios secundários ou nas universidades não ficou estabelecido em enquetes sistemáticas.

São desconhecidas as perspectivas futuras do número cada vez maior de alunos que se matriculam nas escolas de nível médio: seguramente não existe qualquer relação entre o número e orientação dos ginásios, colégios e estabelecimentos de Ensino Superior e as necessidades e demandas futuras do Estado de Sergipe em mão de obra especializada de várias categorias e em profissionais.

É claro que, na maioria dos casos, as decisões tomadas pela União, o Estado ou os educadores particulares sôbre o tipo de ensino que deve ser ministrado aos alunos, ou as decisões dos alunos e de seus pais, sôbre a natureza da educação que desejam receber na escola, são inspiradas mais por uma tradição, que exige que o homem de bem tenha uma formação humanística, acima de qualquer outro tipo de considerações. Agora, 80% dos alunos do ensino médio frequentam as escolas secundárias (Quadro 13) e 43% as faculdades de Direito, Filosofia e Humanidades.

Os estudos realizados na totalidade da União pela EPEA indicam que esta orientação está errada e que existe agora um excesso relativo de advogados e economistas, e que, ademais as despesas efetuadas na produção de graduados de nível secundário que não se matriculam numa Universidade, são pouco justificadas economicamente.

É provável que estas conclusões também se apliquem a Sergipe, e que boa parte das atuais despesas educacionais - oficiais ou particulares - tenham uma baixa produtividade econômica e social.

É óbvio, portanto, que este problema deverá ser totalmente reconsiderado. Uma das partes principais de um plano educacional estadual consistirá numa análise das necessidades previsíveis em mão de obra e profissionais, e da orientação que deverá ser dada às despesas da Nação e do Estado, a fim de assegurar a satisfação desta demanda.

Inevitavelmente, os planejadores de Sergipe, como também os dos demais Estados nordestinos que estudarem este problema, chegarão à conclusão de que não existe uma demanda local suficiente para absorver a produção provável de técnicos e profissionais de nível médio ou superior, se perdurarem as tendências atuais da matrícula e a orientação atual dos sistemas de ensino.

Os estudos disponíveis mostram que as perspectivas agrícolas e industriais de Sergipe e de todo o Nordeste não são boas, exceto em alguns setores de potencial aparentemente limitado e que todos os recursos podem ser explorados por uma fração da população e dos técnicos potencialmente disponíveis. Consequentemente, talvez, uma das únicas soluções para os problemas econômicos e sociais de Sergipe seja a de formar pessoal qualificado de todos os níveis educacionais, incluindo o primário, e exportá-lo logo para as zonas mais ricas da União.

O planejamento dos sistemas de ensino deverá, então, basear-se na avaliação da demanda de mão de obra dos demais Estados do Brasil, tarefa que só poderá ser satisfatoriamente desempenhada se se obtiver a colaboração das autoridades federais e, particularmente, do Ministério do Planejamento.

G. DESPESAS COM O ENSINO

É particularmente difícil avaliar se as despesas anuais da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe aumentam ou diminuem em valor "real" e se, por conseguinte, o sistema educacional daquele estado está melhorando ou deteriorando-se.

Os dados financeiros de que dispomos descrevem as despesas efetivas até 1965 e as despesas orçadas até 1967 (quadro 14).

Mesmo nas mais favoráveis circunstâncias, quando se dispõe de informações precisas sobre a execução do orçamento, ou seja, sobre as despesas efetivas, a comparação entre as despesas de dois ou mais anos sucessivos não terá significação, se não se deflacionam as cifras por índices que assinalem a perda do poder aquisitivo da moeda. Infelizmente, os deflatores existentes são muito imperfeitos e não respondem às condições locais.

A comparação das cifras orçadas com as despesas efetivas dará resultados ainda menos significativos: os orçamentos não prevêem as inflações monetárias e são, geralmente, insuficientes para financiar os custos mínimos da educação. Daí haver sempre necessidade de complementá-los com recursos extraordinários, o que retira das cifras orçamentárias originais, toda significação objetiva.

Este divórcio entre as previsões e as realizações é acentuado quando, como é o caso em Sergipe, os orçamentos são preparados 8 meses antes do primeiro mês de sua execução.

Este sistema, na realidade, torna permanente a insinceridade da política financeira governamental.

O quadro 14 apresenta uma avaliação dos valores reais prováveis das despesas educacionais do Estado de Sergipe. Os resultados, que pelas razões assinaladas sofrem sérias deficiências, indicam que, aparentemente, o nível das despesas não se modificou entre 1963 e 1966 e que, em 1967 as despesas reais serão 67% mais elevadas que em 1966, se o aumento dos custos unitários não ultrapassar 35% entre julho de 1966 e junho de 1967, e serão mais elevadas que em 1966 se o aumento dos custos unitários for de 70% entre 1966 e 1967.

H. ORIENTAÇÃO DAS DESPESAS DO SISTEMA ESTADUAL - CUSTOS UNITÁRIOS

O grupo CEOSE fez detalhada análise do orçamento da Secretaria para o ano de 1967. Os resultados, que, desafortunadamente, tiveram que incluir cifras estimadas e não efetivas sobre a distribuição dos aumentos salariais dos professores dos níveis primário, médio e superior, estão resumidos no Quadro 15.

Em % das despesas totais, as maiores despesas foram:

GASTOS DE CUSTEIO - PRIMÁRIO	- 60
MÉDIO	- 16
SUPERIOR	- 4
OUTROS	- 2
INVESTIMENTOS	10
AUXÍLIOS	8
TOTAL	<u>100</u>

As despesas com o ensino são, de acordo com uma tradição estabelecida também nos demais estados, diluídas e mal distribuídas:

É muito duvidosa a conveniência de se gastar 4% dos recursos orçamentários com uma educação universitária ministrada a 150 alunos. Este problema será eliminado em 1967 através da absorção das várias faculdades e escolas superiores que funcionam em Sergipe, pelo sistema federal.

Menos justificado ainda é o investimento de 10% do orçamento, na construção de edifícios escolares, precisamente quando os recursos extra-orçamentários para a construção de edifícios excedem as necessidades objetivas.

Notar-se-á que, devido a este mau aproveitamento de recursos, Sergipe não pode estabelecer uma diferenciação marcada entre os novos salários dos professores leitos e os dos normalistas ou equivalentes, o que, logicamente, produz os piores efeitos sobre a qualidade do ensino.

Sobrecarregado por despesas aparatosas (o ensino superior, os investimentos e auxílios alcançam 22% dos gastos previstos), o orçamento é muito fraco relativamente às despesas com a manutenção e reparo dos edifícios e equipamentos escolares, que deveriam ter a mais alta prioridade, porque representam a proteção do capital verdadeiro do Estado e da comunidade.

O Quadro 16 contém as estimativas de custos unitários feitas na base da análise do orçamento. As cifras a seguir são comparadas com as calculadas pela UNESCO para todos os sistemas educacionais do país^{1/}.

CUSTOS UNITÁRIOS POR ENSINO
(ALUNOS/ANO)

	União* Em 1966, <u>Cruzeiros de 1966</u>	Sergipe - Sistemas Estaduais Orçamento 1967** <u>em Cruz. de Janeiro/Fevereiro 1967</u>
PRIMÁRIO	56.640	53.500
MÉDIO	196.800	141.000
SUPERIOR	1.896.000	835.000

Além das despesas financiadas pelo orçamento, o sistema estadual de ensino também dispõe de recursos bastante consideráveis, provenientes dos Convênios USAID-SUDENE, do Plano Nacional e do Salário-educação.

Os Quadros 17 e 18 indicam que a totalidade dessas contribuições se elevou a mais de um bilhão de cruzeiros em 1965 e 1966, e em 1967, ultrapassará os 2.519 milhões, o que representa 60% do valor do orçamento estadual.

A maior parte desses recursos é utilizada na construção de novas escolas, reconstrução das escolas em estado deficiente e treinamento de pessoal novo. Não se dispõe de dados precisos sobre a distribuição desses investimentos.

^{1/} Documento AJ, - 5 de setembro de 1966, por Jacques Torfs, UNESCO.

* CUSTOS TOTAIS

** DESPESAS DE CUSTEIO

I. DESPESAS TOTAIS

O Quadro 19 apresenta uma estimativa geral das despesas de todos os sistemas educacionais de Sergipe (exceto as campanhas de alfabetização, SENAI e SENAC) em 1967.

O total das despesas alcançaria 11.405 milhões de Cruzeiros velhos, o que é menos de 3% do Produto Doméstico bruto de Sergipe, estimado em 435 bilhões de Cruzeiros^{1/}, sendo, portanto, uma proporção inferior ao promédio nacional, que é de mais de 3.5%.

Apesar de constituir mais de 30% do orçamento estadual, a contribuição financeira do Estado não é apropriada, porque representa apenas 36% deste insuficiente total. A contribuição dos municípios (quase 20% das despesas) e a dos particulares (mais de 23% das despesas totais) excedem os níveis nacionais normais, o que é uma clara manifestação das deficiências dos sistemas oficiais, os quais, deveriam, teoricamente, responsabilizar-se pela educação.

A única solução racional para melhorar essas condições, seria um aumento maior da contribuição da União e das organizações regionais e intergovernamentais. Isto, sem dúvida pode implicar a "vazalização" do sistema estadual de ensino.

^{1/} PDB da União provável, em cruzeiros de janeiro/fevereiro de 1967
51 trilhões X 1,03 (crescimento população) X 1,30 (crescimento preços) = 71.4 trilhões.

PDB per capita: 71.4 trilhões : 85 milhões de pessoas = 840.000 Cruzeiros.

PDB per capita em Sergipe = 840.000 X 60% = 504.000 Cruzeiros.

PDB para Sergipe = 504.000 X 871.000 pessoas = 438 bilhões.

K. PLANEJAMENTO - RECOMENDAÇÕES

A análise anterior permite chegar a algumas conclusões sobre a orientação e as características que deveria ter o planejamento educacional do Estado, e os instrumentos que deverá utilizar:

1. ORIENTAÇÃO

Alguns dos principais objetivos, implícitos ou explícitos, da atual política educacional de Sergipe deveriam ser reconsiderados e revistos.

1.1. Ensino primário

1.1.1. Parece impróprio desenvolver o sistema de ensino primário até as 5ª e 6ª séries, quando é perfeitamente claro que o sistema primário urbano está preparado para dar apenas as 3ª e 4ª séries à terça parte da população escolar potencial, e que o sistema rural não abrange mais do que a 4ª série de educação primária.

Nas condições existentes em Sergipe, um dos objetivos fundamentais de um plano educacional deveria ser o de assegurar, em todas as zonas urbanas e rurais, pelo menos um ensino primário de 4 séries completas.

1.1.2. É muito duvidoso que seja verdadeiramente necessário aumentar consideravelmente o número de salas de aula ou de professores do sistema de ensino primário: agora mesmo, o sistema dispõe dos ativos físicos e dos professores necessários para a educação de 100.000 (cem mil) alunos, dos quais apenas 40% são efetivamente educados, e o resto repete eternamente as mesmas séries.

Se for possível reduzir a taxa de repetência, poder-se-á aumentar consideravelmente a matrícula nova em todas as séries (ou seja, diminuir a evasão escolar) e também a demanda de vagas causada pelo crescimento vegetativo da população sem que seja necessário construir uma escola adicional.

1.1.3 A proliferação de escolas primárias que só podem dar uma série de ensino e onde, além disso, os professores são, em sua grande maioria, analfabetos, é anti-econômica e anti-técnica.

A construção das novas escolas nos centros urba

nos e rurais só deveria ser planejada depois de se comprovar que há necessidade; que não é possível criar vagas através da redução do número de repetentes; que a saturação das escolas não se deve a circunstâncias transitórias de eliminação da matrícula tardia e que, finalmente, é possível dar 4 séries de ensino de boa qualidade com professores competentes, no local escolhido.

- 1.1.4. De alta prioridade é a adoção de uma política de melhoramento, manutenção e reparos permanentes das escolas existentes.
- 1.1.5. Igualmente importante é uma política que eleve rapidamente o nível qualitativo do professorado, através de programas de treinamento e da adoção de sistemas de concursos.
- 1.1.6. É, portanto, indispensável renegociar e rever os convênios e acordos com a USAID/SUDENE e com o MEC, para que a aplicação dos recursos oriundos dessas organizações seja conforme às verdadeiras necessidades do Estado, assinaladas no plano educacional.
- 1.1.7. O Estado deverá também velar para que as escolas primárias particulares e municipais tenham objetivos e programas compatíveis com os dele.

1.2. Ensino Médio e Superior

- 1.2.1. Os recursos ordinários e extraordinários do Estado são apenas suficientes para a realização de um plano mínimo de melhoramento quantitativo e qualitativo do ensino primário.

Por esta razão, não deveria o Estado aumentar a importância de seu próprio sistema de ensino médio. Pelas mesmas razões, deveria abster-se totalmente de investir recursos no ensino de nível superior.

- 1.2.2. A Secretaria, porém, pode e deve exercer vários tipos de intervenção efetiva nesses sistemas. De acordo com a L.D.B. é responsável pela adequada operação administrativa e pedagógica das organizações particulares, de ensino médio. Deve preparar-se para assumir esta responsabilidade, criando os órgãos de supervisão e controle apropriados.

- 1.2.3. A Secretaria, além disso pode e de armar-se de estudos e informações necessários a respeito da demanda provável de mão de obra especializada e de profissionais, em Sergipe e nos demais Estados da União. Com a documentação assim obtida, poderá através de consultas, conferências com as autoridades federais e particulares interessadas, obter modificações na estrutura da educação de nível médio ou ainda superior que melhor respondam aos interesses do Estado.
- 1.2.4. Esta atividade pode ser complementada e apoiada eficazmente, através duma política planejada de bolsas de estudo.

1.3. Instrumentos

- 1.3.1. Os objetivos gerais e especiais de uma política educacional adequada não poderão ser claramente fixados, nem os programas de realizações apropriadamente definidos, se a Secretaria não dispuser de informações completas e permanentes a respeito de tôdas as características principais do sistema educacional, incluindo o número, custos e condições dos professores, edifícios e alunos.
- 1.3.2. Da mais alta prioridade é a elaboração de um cadastro que permita obter estes dados num prazo de três ou quatro meses. Este cadastro deverá ser estruturado de tal modo que:
- a. seja possível repeti-lo cada ano, sem maiores despesas adicionais;
 - b. as informações, as fichas e as cifras obtidas podem ser aproveitadas de maneira permanente pelos setores administrativos da Secretaria: não devem existir dois sistemas paralelos e simultâneos de coleta e controle de dados.
- 1.3.3. O sistema administrativo da Secretaria deverá ser reorganizado para possibilitar a execução do plano educacional.

Nas condições administrativas atuais o melhor dos planos não pode ser mais que um documento a mais para arquivar.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A Secretaria de Educação de Sergipe encontra-se em uma situação caótica. O sistema administrativo implantado em 1964 e que, aparentemente, não respondia às necessidades, foi substituído, em fins de 1966, por outro sistema, que também parece deficiente e que não foi, na prática, aplicado.

Nas condições atuais, a Secretaria não dispõe de qualquer sistema administrativo. Esta situação, na realidade é favorável: em muitos Estados, manifesta-se uma oposição latente e passiva, por parte do pessoal administrativo e docente, a toda espécie de reforma racional. Aparentemente, em Sergipe, não é marcante este obstáculo e existem condições para uma rápida introdução das mais modernas reformas administrativas.

Propomos, em consequência, a adoção de um sistema e do organograma, que passaremos a descrever detalhadamente. Notar-se-á que, à primeira vista, não diferem muito dos que já existiam no Estado de Sergipe. As modificações propostas, porém, não são tanto de forma como de substância: as duas características fundamentais da proposta sugerida são:

- 1) a Assessoria da Secretaria deve assumir a maior parte da responsabilidade na definição da política daquele órgão e na fiscalização de sua execução;
- 2) na faixa das realizações executivas, devem ser nitidamente separadas as atividades administrativas (controle do pessoal, pagamentos, equipamento, construção, conservação e inspeção) das técnicas e pedagógicas (currículo e supervisão das atividades pedagógicas das escolas e dos professores).

Princípios norteadores da ação administrativa da Secretaria

Os fundamentos lógicos de uma organização, ou reorganização, de qualquer sistema governamental devem repousar numa filosofia coerente da ação administrativa.

Propomos, a este respeito, que a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe adote para a sua ação, os princípios norteadores da Reforma Administrativa Federal; para a sua aplicação neste caso específico podem eles ser assim definidos:

- a) o planejamento setorial a longo, médio e curto prazo, abrangerá não só as atividades privativas do sistema educacional do Estado, como também aquelas cuja execução venha a ser confiada pela União ou resulte de convênios com os Municípios ou organizações privadas, entrosando-o com o Plano Nacional de Educação, de maneira a unir esforços para o atendimento de objetivos comuns e dar melhor aplicação aos recursos recolhidos da coletividade;
- b) a Coordenação Geral e Regional será utilizada como um dos elementos indispensáveis à execução do planejamento, para proporcionar ação conjugada à Secretaria, e será exercida no estudo de assuntos ligados a outros órgãos, ou, ainda, no âmbito da Secretaria.
- c) as funções de planejamento, direção superior, supervisão, coordenação e controle, e a fixação de programas, princípios e critérios ficarão a cargo dos órgãos de assessoramento da Secretaria, que também atuarão como corpo assessor do Conselho Estadual;
- d) o cumprimento dos programas, a formalização de atos de rotina administrativa, serão entregues aos órgãos de estrutura executiva;
- e) a delegação de competência pelas autoridades de todos os níveis executivos será utilizada para alcançar, da forma mais ampla, a descentralização das atividades administrativas;
- f) a racionalização dos serviços da Secretaria será objeto da permanente preocupação das autoridades administrativas, visando, entre outros objetivos, à simplificação de contatos dos órgãos entre si e destes com o público, de forma a se assegurar decisão pronta, execução rápida e redução de custos operativos;
- g) o controle de todas as atividades da administração do ensino irá contrabalançar a descentralização das tarefas executivas e será exercido em todos os níveis e sobre todos os órgãos ou entidades da Administração Estadual, ou entidades municipais e privadas, para que se assegurem a rápida execução dos programas, a qualidade dos serviços, o baixo custo operacional e a eficiente utilização e boa guarda dos dinheiros, bens e

- valores pertencentes ou de responsabilidade do Estado, utilizando-se para tanto técnicas e instrumentos e adequados;
- h) as leis e regulamentos relativos ao pessoal do ensino e ao servidor público ligado à educação terão por objetivo principal incrementar a sua profissionalização, a perfeição e fortalecer o sistema do mérito;
- i) a constituição de quadros dirigentes competentes resultará de recrutamento, formação e aperfeiçoamento de administradores e pessoal qualificado para garantir a qualidade, produtividade e continuidade da ação administrativa, em consonância com critérios éticos especialmente estabelecidos;
- j) a participação da comunidade nos assuntos de educação será a mais ampla, convocando-se elementos representativos das atividades educacionais, econômicas e sociais no Estado e no País, para participar de órgãos, ou comissões decisórias ou de aconselhamento, e para colaborar mais estreitamente com os esforços governamentais.

ORGANOGRAMA

O novo organograma proposto pela Secretaria permite a aplicação prática destes princípios norteadores.

As funções específicas de alguns dos principais órgãos que deveriam ser criados ou reformados são:

I) Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle

Esta assessoria deverá realizar estudos para a formulação de diretrizes e orientar, supervisionar, coordenar, inspecionar e controlar os órgãos executivos. Especificamente:

- a) terá por missão fazer com que os órgãos e entidades da Secretaria funcionem no sentido de bem servir ao público, em harmonia com os preceitos da Constituição Federal e Estadual, das leis e com os interesses sociais;
- b) será responsável, perante o Governador e Secretário de Estado pelo fiel cumprimento das determinações do Governo visando à continuidade, probidade, eficiência e produtividade dos serviços a cargo da Secretaria de Educação;

- c) estudará todos os problemas relacionados com o ensino, formulará as diretrizes, normas e métodos de caráter administrativo, financeiro ou técnico necessários para resolvê-los e assegurar o funcionamento eficiente do sistema estadual de ensino. Essas diretrizes, normas e métodos serão resumidos num Plano Estadual de Educação;
- d) implantará essas diretrizes, normas e sistema na realidade operacional de sistema;
- e) orientará, fiscalizará, inspecionará o acompanhamento técnico das normas e métodos estabelecidos;
- f) fixará normas e objetivos para o recrutamento, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo;
- g) exercerá as responsabilidades de controle governamental;
- h) coordenará e controlará as atividades de pessoal, material, orçamento, estatística e administração financeira de todos os níveis de autoridade executiva, de acordo com normas a serem fixadas.

Inicialmente, todas as responsabilidades da Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle serão assumidas por duas ou três pessoas. Com o desenvolvimento da Secretaria e maior disponibilidade de recursos e pessoal adequado, essas responsabilidades poderiam ser distribuídas entre 4 Setores ou Serviços, da seguinte maneira:

I. Setor de Planejamento:

Estatísticas, cadastros, estudos da produtividade, planos, programas e projetos de expansão e melhoramento do sistema de ensino.

II. Setor Pedagógico:

Normas técnicas e métodos de ensino, normas pedagógicas para a instalação e funcionamento das escolas oficiais e particulares.

Sistemas do recrutamento, treinamento, retreinamento e aperfeiçoamento do pessoal docente.

Pesquisas e experimentação educacional.

III. Setor Financeiro:

Elaboração do Orçamento Programa.

Programação Financeira da Despesa.

Controle dos dinheiros, valores e bens aplicados pelos órgãos ou entidades subordinadas ou vinculadas à Secretaria.

IV. Setor Administrativo:

Sistemas de pessoal e material, sistemas de recrutamento, treinamento, retreinamento e aperfeiçoamento do pessoal administrativo.

PLANEJAMENTO

A função principal da assessoria será a de planejar.

Planejamento, planejar e planos são palavras e conceitos usados com frequência grande. Mas, em regra geral são muito mal compreendidos. É, portanto, conveniente tecer, aqui, alguns comentários sobre seu conteúdo e suas implicações.

O planejamento é um processo que permite a realização dos objetivos e metas fixados pela coletividade.

As metas e objetivos de um plano educacional estadual se estabelecerão em função das metas gerais do plano econômico social e cultural da Nação, do Plano de Educação Nacional dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado, e de objetivos intrínsecos do sistema educacional estadual e levará em conta as provisões das necessidades de mão-de-obra e profissionais; os objetivos de melhoramento social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O plano educacional estadual descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras, pedagógicas que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização total ou parcial dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas serão detalhadas geograficamente e funcionalmente, e constituirão o plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumprí-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar uma harmonia na utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média e superior. As medidas tomadas deverão ser coerentes e compatíveis com as demais atividades e possibilidades administrativas, financeiras e econômicas do Estado.

O plano educacional em suas linhas gerais será estabelecido por um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a formação completa do cidadão, desde a escola pré-primária até os últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de três anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do

Estado podem ser previstas com uma precisão maior.

Os planos de 3/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968-1970-1987, e em 1968 o plano 1969-1971-1988.

O primeiro ano de cada plano de 3/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte.

A realização dos planos deve ser supervisionada e controlada de maneira contínua. Os órgãos administrativos apropriados para assegurá-los são as assessorias, cuja criação é proposta.

SERVICÓS AUXILIARES DA ASSESSORIA

A Assessoria de Planejamento, Coordenação e Controle deverá dispor de um serviço importante:

1. Serviço de Estatística, Cadastro e Geografia

Este serviço deve ser o ponto focal de informação para toda a Secretaria. Deverá adiantar, dentro do mais breve prazo, um levantamento censitário da situação geral dos sistemas educacionais que operam no Estado de Sergipe, levantamento esse que permitirá obter informações detalhadas sobre todos os assuntos indicados na tabela anexa.

O censo deverá ser organizado de maneira que:

- a) possa ser repetido periodicamente;
- b) que os dados recolhidos venham a ser integralmente aproveitados pelos outros departamentos, divisões e setores da secretaria e, particularmente, pelos serviços de cadastro e pessoal. Esses serviços, pelo seu lado, deverão fornecer os dados que coligirem, de maneira que possam ser aproveitados para completar e melhorar o censo. As duplicações devem ser totalmente evitadas e simplificados os sistemas de controle de dados.

Simultaneamente, o Serviço de Estatística, Cadastro e Geografia deverá elaborar mapas de cada um dos municípios do Estado, contendo informações econômicas, demográficas e educacionais que permitam adiantar um plano científico de construção e reconstrução escolar.

2. Setor de Fiscalização dos Programas Especiais

Este setor encarregar-se-á da orientação e fiscalização

dos programas de investimento do Governo, incluindo os previstos nos Convênios com a USAID-SUDENE, com o Ministério da Educação.

Devido a importância considerável dos recursos, dos quais deverá fiscalizar a utilização, e também do seu caráter temporário, propõe-se que este órgão tenha autonomia operacional considerável e para todos os efeitos administrativos, dependa exclusivamente e diretamente da Secretaria.

Nas suas possíveis intervenções no setor de planejamento, porém, ficará submetido às orientações da assessoria de planejamento.

RELACIONES DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO COM O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACÃO.

Algumas atividades da Assessoria são, aparentemente semelhantes às que deve desempenhar o Conselho Estadual de Educação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, e esta circunstância poderia propiciar alguns conflitos de autoridade.

Na realidade, cabe ao Conselho aprovar planos educacionais ou, se o deseja, fazê-los, mas ele não dispõe de equipe técnica capaz de realizar os estudos muito detalhados e complexos necessários para a sua elaboração.

A contratação de pessoal para realizar esses estudos seria anti-econômica: de toda maneira, a Secretaria deve ter em seus quadros peritos com especificações muito semelhantes para realizar tarefas paralelas, tais como a elaboração de cadastros, a fiscalização dos planos e programas, o inventário e a supervisão dos bens do Estado. Deste modo, uma intervenção do Conselho no setor da elaboração dos planos resultaria inevitavelmente numa inútil duplicação de esforços e despesas.

Nessas circunstâncias, recomendaríamos que o Conselho, na execução dos seus trabalhos de pesquisa, aproveitasse os mesmos assessores que trabalham para a Secretaria.

Isto não implica, de modo algum, na diminuição de seus poderes ou autoridade: o Conselho poderá preservar intacta a sua autoridade que é, afinal, a de imprimir, através da sua aprovação dos planos, uma orientação decisiva na política educacional do Estado.

FAIXA EXECUTIVA

1. Separação entre faixas normativas e executivas.

Deverá ser feita uma separação bem nítida entre as responsabilidades da "faixa normativa e de controle" e a "faixa de realizações executivas" da Secretaria de Educação e Cultura.

Isto, por muitas razões, não será fácil: existe uma tendência muito forte, por parte do funcionário "executivo" de alto nível, a confundir autoridade com poder discricionário, e a acreditar que fazem parte essencial de suas atribuições o desenvolvimento de objetivos especiais e de sistemas "sui generis" de administração e controle. Por esta razão, muitos dos programas e planos de realizações educacionais são, na realidade, definidos pelos funcionários que asseguram a sua execução, e não pelos Secretários, assessôres, etc., que têm a responsabilidade de sua conceituação.

São geralmente catastróficos os resultados deste mal-entendido, por que os funcionários da faixa "executiva" não dispõem das informações ou do treinamento que são necessários para fazer planos científicos e coerentes. Da mesma maneira, um engenheiro com as melhores qualificações para construir estradas, pode tomar as piores decisões quando se trata de escolher as cidades com a mais elevada prioridade para serem unidas por uma nova estrada.

2. Separação entre funções administrativas e funções técnico-pedagógicas.

O que pode ser ainda mais difícil e indispensável é estabelecer uma separação absolutamente clara entre duas funções da faixa executiva da Secretaria. São elas as funções administrativas (atividades meias) e as funções técnico-pedagógicas (atividades-fins).

Nas circunstâncias atuais, os funcionários, empregados e técnicos da Secretaria, e os inspetores, supervisores, diretores e regentes, fazem um pouco de tudo e têm a tendência a conferir uma importância muito maior aos aspectos pedagógicos de suas atividades que aos meramente administrativos.

Dai resulta que nenhuma das duas funções é adequadamente desempenhada. O nível pedagógico do ensino é geralmente baixo, e as condições administrativas, ainda piores.

Uma das primeiras medidas a serem adotadas para solução

nar este problema é definir claramente a natureza das várias funções do pessoal não-docente do sistema estadual de ensino e criar os serviços necessários ao adequado desempenho dessas funções.

Essas funções poderão, provavelmente, ser divididas em 5 grandes grupos de atividades (contrôle do pessoal, administração das compras e da distribuição do material escolar, Contabilidade e Tesouraria, realização de obras e programas especiais, administração dos serviços de alimentação escolar).

- Precisam ser criadas divisões dentro do Departamento Administrativo para encarregar-se das funções assinaladas. Cada uma dessas divisões dedicar-se-á apenas ao aspecto executivo dessas funções. Os outros departamentos ou divisões executivas da Secretaria não poderão exercer as mesmas atividades.
- Isto deve ficar absolutamente claro : o departamento do ensino primário e normal, por exemplo, poderá supervisionar a atuação pedagógica dos professores, introduzir novos currículos e técnicas de ensino e fazer recomendações aos assessôres da Secretaria sobre as escolas que deverão ser criadas, ou os professores a serem nomeados ou removidos, porém, não deve ter a iniciativa de dar instruções, sugestões diretas ao departamento administrativo e, muito menos, às divisões deste departamento.
- Cada uma dessas divisões e cada um de seus funcionários deverá ter uma área de responsabilidades bem definida, e dispor dos instrumentos indispensáveis ao desempenho de suas funções. Assim, se um funcionário ou uma divisão atuar com ineficiência, não poderá argumentar que esta situação foi provocada por interferências externas.
- O modo de operar do departamento administrativo e das suas divisões deve ser modernizado e, quando possível, mecanizado e automatizado.
- Não há razão, por exemplo, para que toda a documentação referente a professores e pessoal administrativo seja acumulada em "processos" volumosos, que, na sua maior parte, contêm grande quantidade de literatura e de papéis supérfluos, mas poucas informações válidas. É preciso que se estude uma forma de reunir todas as informações relativas ao pessoal, às escolas e, também, aos alunos, em fichas uniformes, que poderão ser utilizadas também para fins estatísticos. Deve ser eliminado todo papel administrativo supérfluo.
- Comissões ad-hoc, assessoradas por especialistas, definirão, detalhadamente, as funções de cada um dos departamentos, divisões e servidores públicos, assim como dos formulários e fichas administrativas a serem criados em substituição ao obsoleto sistema dos processos. Esses problemas são altamente técnicos e não podem ser solucionados por leigos.
- A supervisão da atuação do departamento administrativo ficará a cargo dos INSPETORES.

- As funções e operações dos INPETORES deverão ser separadas das dos SUPERVISORES, os quais se ocuparão exclusivamente dos aspectos técnico-pedagógicos, supervisionando a realização dos programas dos departamentos de ensino primário, de ensino médio e de ensino de base e ação comunitária.

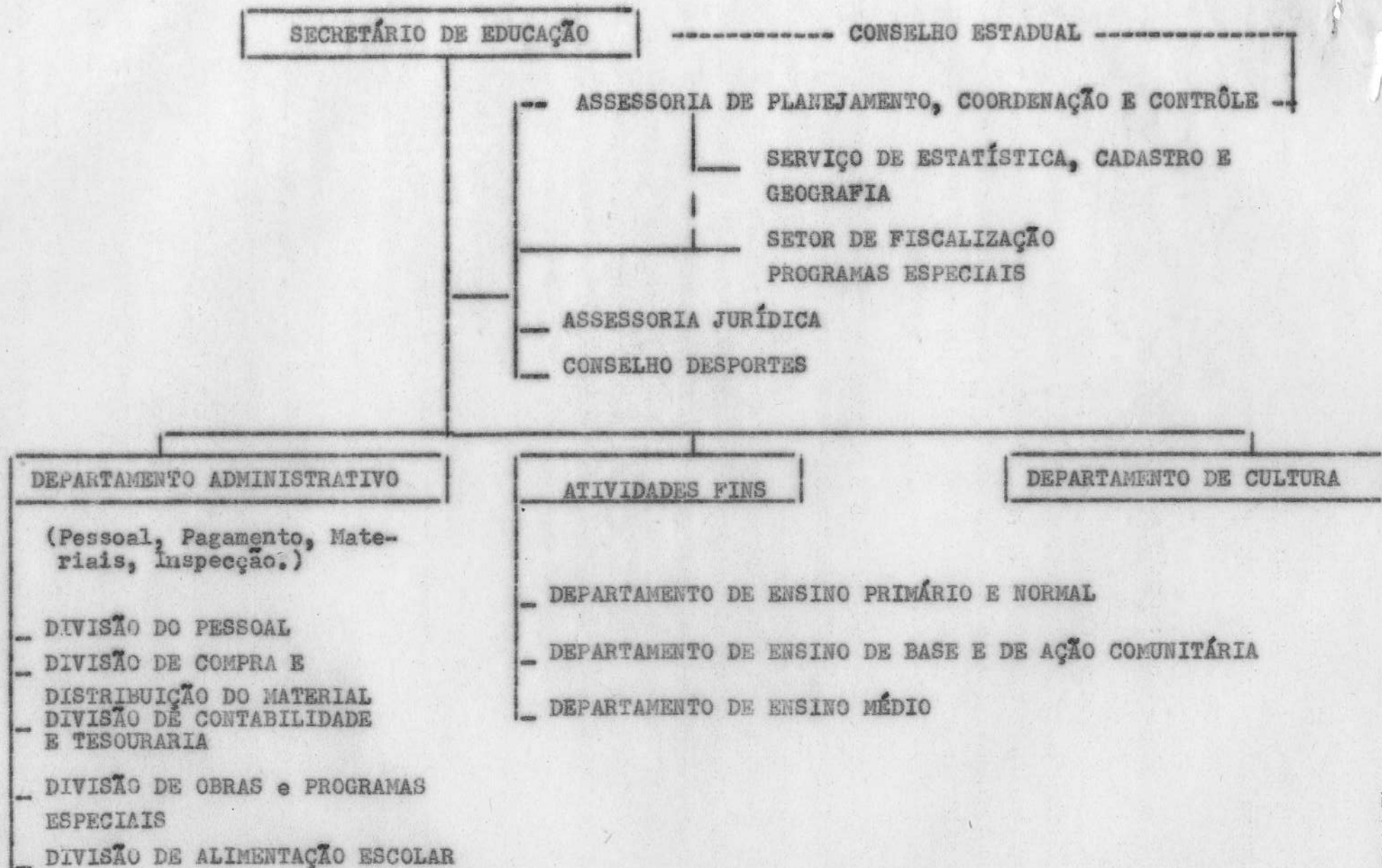
- Os INSPETORES não devem ser numerosos : para o Estado de Sergipe bastariam 3 ou 4, escolhidos pelas suas mais altas qualificações, preferivelmente entre os universitários graduados em faculdade ou escola de economia. Devem dedicar a maior parte do mês a viagens e visitas a escolas.

- As suas preocupações e responsabilidades limitar-se-ão às várias funções do departamento administrativo, isto é, à parte física, econômica, financeira, administrativa e estatística da operação do sistema de ensino. Não lhes compete verificar se os alunos podem ler ou escrever (podem informar a assessoria da Secretaria sobre situações que lhes parecerem particularmente graves). Cabe-lhes inspecionar o estado de conservação dos prédios escolares e o funcionamento das instalações sanitárias; verificar as necessidades em equipamentos, o preenchimento dos questionários pelos diretores, reitores e regentes; certificar-se de que o número de alunos por professores não é excessivo ou insuficiente e se os recursos financeiros do Estado são bem aproveitados.

- As funções e responsabilidades dos INSPETORES, assim como as de todos os departamentos, divisões e assessorias da Secretaria, não são limitadas ao sistema estadual de ensino. Estender-se-ão, dentro dos limites estabelecidos por lei, aos sistemas federais, municipais e particulares.

ORGANOGRAMA PROPOSTO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SERGIPE

FAIXA
NORMATIVA E DE
CONTRÔLE



FAIXA DE
REALIZAÇÕES
EXECUTIVAS

REMUNERAÇÃO DO PROFESSORADO

A necessidade de aumentar os vencimentos do corpo docente não exige maiores justificativas, principalmente em áreas como a do Nordeste, onde se verificam níveis salariais muito aquém dos que vigoram na região centro-sul e onde muitos professores primários nem fazem jus ao salário mínimo da área.

No tocante ao professorado médio, o problema é complexo: em virtude, notadamente, da classificação dos professores em "efetivos" e "horistas"; da multiplicidade dos estabelecimentos (médios, mas também superiores) entre os quais, frequentemente, dividem sua atividade, e da conveniência de suscitar incentivos capazes de limitar essa atomização; da necessidade de não criar um hiato excessivo entre as remunerações do ensino público e as do ensino privado, com prejuízos para este último - cuja colaboração não pode, pelo menos por enquanto, ser dispensada. Propomos, pois, que o assunto seja entregue ao grupo de trabalho do ensino médio, acima evocado.

Na esperança das conclusões desta comissão, podemos apenas desejar que os recursos do PNE para complementação da hora-sala do ensino médio público sejam acrescidos de alguns recursos oriundos de dotações orçamentárias ou extraordinárias, cujo emprêgo, na falta de uma discriminação nítida, pode ser encarado em termos bastante flexíveis (seria o caso, em particular, de determinadas verbas da SUDENE, da CONTAB e da PETROBRAS).

Do lado do ensino primário os problemas são mais simples e soluções podem ser esboçadas. O atual sistema apresenta 2 grandes deficiências:

1. Entre as grandes categorias (leigo, regente, professor primário), ou melhor, dentro de cada uma delas, não há em número

suficiente - ou suficientemente distintos uns dos outros pelas vantagens que auferem - escalões compondo uma carreira, capaz de despertar esperanças de mobilidade vertical.

2. Lá onde existem escalões, a passagem de um para outro não está ligada, de modo sistemático, a um aperfeiçoamento avaliável em termos objetivos: ou seja, em função dos resultados de cursos de treinamento, e não a partir de uma vaga intuição do "mérito" da pessoa.

Nessas condições, propomos:

1. Um escalonamento pormenorizado das qualificações do professorado primário (ver quadro anexo), com os respectivos níveis.

2. Uma diferença substancial de vencimentos, a maior possível de acôrdo com os recursos da Secretaria, entre dois níveis sucessivos. Além das gratificações previstas no PNE (e pelo PAMP, no caso dos supervisores), dever-se-ia lançar mão de recursos análogos aos evocados em relação ao professorado médio. Isso para 1967: já em 1968, esse novo sistema deveria contar essencialmente com fundos do PNE, acrescidos de uma dotação orçamentária normal.

3. A vinculação de toda e qualquer promoção a um treinamento - ou, quando fôr possível, a uma retomada da formação pedagógica normal. Esta última cláusula, afim de não estabelecer paredes estanques entre as grandes categorias, e de permitir, pelo menos em tese, uma mobilidade vertical integral no seio da função docente primária. Deve-se prever também uma abertura do primário do lado do superior: sob a forma, notadamente, de cursos de psicologia educacional, economia da educação, planejamento etc ... , para as supervisoras já titulares de 2 cursos (1 no país 1 no exterior) de supervisão ou administração escolar. Esses cursos (que permitiriam o acesso ao nível 12) deveriam proporcionar aos participantes uma visão integrada da totalidade do sistema escolar, das interrelações entre seus diversos aspectos, pedagógicos, administrativos

e econômicos. Facilitariam ulteriormente uma colaboração ativa de alguns elementos oriundos do primário, ao planejamento educacional estadual ou nacional e à integração deste ao planejamento global.

É claro que o escalonamento proposto não exclui outras gratificações, estas referentes à responsabilidades especiais (Supervisora-chefe, chefes de regiões de supervisão etc ...). Mas essas responsabilidades, embora decorrentes das qualificações conseguidas graças aos treinamentos, não deveriam, elas próprias, se traduzir em termos de níveis.

Escalonamento Proposto Para o Professorado Primário

<u>Qualificações</u>	<u>Níveis</u>
Leigo "puro"	2
Leigo regularmente orientado pela supervisão	3
Leigo com 2 etapas (1 de verão, 1 de inverno) do PAMP	4
Leigo com as 4 etapas do PAMP ou 2 etapas (3 + 3) ^{mês} num CTM	5
Leigo com as 3 etapas (3 + 3 + 3) num CTM, ou Regente só com nível ginásial	6
Regente com 2 meses de treinamento pedagógico	7
Regente com 9 meses de treinamento pedagógico	8
Normalista com curso pedagógico completo	9
Supervisora com 1 curso no país	10
Supervisora com 2 cursos (1 no país + 1 no exterior)	11
Supervisora com 2 cursos + curso na futura Faculdade de Educação	12

O ENSINO SUPERIOR

A recente criação da Fundação Universidade do Sergipe deve ser encarada realísticamente: se era, antes, possível duvidar da necessidade intrínseca de uma universidade num Estado pequeno, de desenvolvimento incipiente, com poucos alunos (o corpo discente mal chega a 600), com um corpo docente escasso (os mesmos professores ensinam em vários estabelecimentos, superiores e médios), e não raro mal preparado, trata-se agora:

1. De tirar o melhor partido possível de uma situação de fato: não será, por exemplo, possível de incentivar ^{sistematicamente} ~~propositadamente,~~ mediante planejamento adequado, a formação, no Sergipe, de técnicos de nível superior ou intermediário (entre médio e o superior), não só para o Nordeste, mas para o país em conjunto? Esses técnicos poderiam figurar entre os outputs do Estado, num planejamento global, quer regional quer nacional. Uma vez devidamente atendidas as necessidades do Sergipe, a "fuga" para outras áreas dos diplomados desnecessários ^{no} âmbito local deixaria de se afigurar como uma lástima, para se tornar exportação de know-how. Tal exportação parece ainda mais necessária à luz das reduzidas perspectivas de expansão industrial e agrícola do Estado - e da possibilidade de atender essa expansão sem acréscimo notável de técnicos -, como ficou salientado em outra parte deste relatório.

Nessa linha de raciocínio, a formação de funcionários públicos de nível intermediário, por determinadas escolas (Serviço Social; Odontologia - que vai ser criada em breve), nos surge como uma abertura interessante. Veremos adiante que certas condições locais poderiam favorecer tal eventualidade.

2. De racionalizar na medida do possível a estruturação da Universidade afim de evitar que caminhos negativos se tornem irreversíveis.

Dentro dêsse quadro, 3 problemas nos parecem prioritários:

- 1ª) A estruturação da Universidade, notadamente das unidades básicas.
- 2ª) A escolha de algumas unidades profissionais a serem sistematicamente desenvolvidas.
- 3ª) A formação do corpo docente.

I - A Estruturação da Universidade.

As várias reuniões mantidas em Aracaju com o grupo de pessoas ligadas à área do ensino superior têm claramente manifestado as seguintes deficiências:

A) O conceito de formação universitária básica nem sempre está bem entendido: alguns professôres desejariam que tal formação se realizasse dentro da escola profissional, e em benefício principal dela. Quando muito, admitem que alunos de outras escolas poderiam seguir tal ou qual curso, para evitar as duplicações. É que, no fundo, encaram a formação básica como um instrumento, dentro da escola, de descentralização destinado a desafogar o pessoal docente encarregado da formação profissional propriamente dita.

Deve, pelo contrário, se tornar bem claro, que os cursos básicos não de se realizar dentro de unidades centrais, não profissionais, a fim:

a) de prover todos os alunos de sólidos conhecimentos básicos, adquiridos sem a preocupação imediatista de uma carreira, não ministrados, portanto, por expoentes dessa carreira.

b) de postergar, o mais possível (durante pelo menos 1 ano e, se fôr possível, 2 anos) a escolha, por parte do aluno, de determinada escola profissional, para, simultâneamente:

- de evitar as opções prematuras; o que não deve impedir uma pre-orientação, e, portanto, a necessidade, por parte dos alunos de determinada área, de conseguir créditos "maiores" ou "menores" em cada matéria, segundo a natureza da ~~própria~~ profissão almejada;

- de facilitar eventuais marchas-à-ré quando, uma vez integrado a uma escola profissional, o aluno se dá conta que, apesar de tôdas as precauções, fez uma opção negativa: os créditos obtidos nos cursos básicos permitirão-lhe fazer nova escolha, sem voltar a zero;

- de ensejar uma adaptação mais flexível das escolhas dos alunos à demanda estadual, regional ou nacional de técnicos de nível intermediário e superior: não fazendo os alunos sua opção decisiva antes do 2º ou 3º ano, torna-se possível, em função de novas contingências do planejamento, de elevar ou diminuir as barreiras de ingresso às escolas só naquêle momento. Ou seja: 2 ou 3 anos antes da diplomação, em se tratando de técnicos de nível superior; 1 ano só antes dessa diplomação, em se tratando de técnicos de nível médio.

B. O próprio conceito de "Universitas" esbarra nos particularismos profissionais. Assim:

a) Muito embora se perceba que a criação, tanto de departamentos de ensino e pesquisa fundamentais (departamentos básicos) como de departamentos inter-escolares (ou inter-curriculares), permitiria poupar recursos humanos e materiais escassos, aparelhar devidamente alguns laboratórios etc ..., o corporativismo das escolas resiste a tal diluição das fronteiras. Muito menos ainda se admite que a reunião, dentro dos mesmos departamentos, de professôres e pesquisadores de várias origens, poderia, representar um estímulo decisivo para o take-off da Universidade.

b) Formalmente integrada à Universidade, a Escola de Direito se recusou até hoje a um entrosamento efetivo. Ora, pelo número dos seus alunos, essa escola constitui uma das principais justificativas à criação recente da Faculdade de Ciências Humanas, que deve ministrar os cursos básicos desta área.

e) Reluta-se perante a incorporação à universidade de 2 institutos - o Instituto Tecnológico e o Instituto Biológico Parreiras Hortas - cujo acervo seria de capital importância para constituir: no primeiro caso, o núcleo do Instituto Básico de Química (ou de Física e Química, se fôr onerosa demais a criação imediata dos dois institutos); no segundo, o núcleo do Instituto Básico de Biologia. Não conseguimos entender a razão das oposições à incorporação do Instituto Tecnológico. Em relação ao Parreiras Hortas, há receios, por parte da Secretaria da Saúde, de que tal instituição, uma vez transferida para Universidade, deixe de prestar serviços médicos imprescindíveis a comunidade. Haveria, porém, várias fórmulas capazes de atender às legítimas preocupações da Saúde.

C. A criação de novas escolas, a ampliação das existentes, o cronograma de implantação da Universidade - tudo isso fica encarado de modo bastante confuso, e muito variável conforme as pessoas que entrevistamos. Não há consenso nem em relação as linhas mestres. Talvez essa diversidade, longe de ^{testemunhar} revelar um interesse profundo pelo assunto, revele que a atenção, até hoje, se concentrou sobre problemas menores: a escolha do futuro Reitor, por exemplo ...

Nessas condições, propomos:

A. Uma campanha destinada à difusão e ao debate de temas referentes às finalidades e estruturas da universidade moderna. Não se trata de impor o modelo de Brasília, ou qualquer outro. Apenas de estabelecer a faixa das soluções cabíveis, ou seja, das soluções que, ao mesmo tempo, atendem:

- a princípios administrativos e pedagógicos universalmente admitidos;
- aos imperativos gerais do desenvolvimento;
- às peculiaridades da realidade brasileira, regional nordestina e sergipana;
- às possibilidades e limitações da lei.

Só em decorrência de tais colóquios que poderiam ser fixadas, de modo pormenorizada, a fisionomia da nova universidade e as etapas da sua realização. Um membro da equipe dos CEOSE poderia ser o coordenador da campanha, que teria uma duração de 8 a 15 dias, constando de palestras e seminários onde os problemas de tôdas as escolas, atuais ou possíveis, seriam evocados.

Independentemente das soluções que vierem a ser adotadas, acreditamos que a criação de um verdadeiro espírito universitário, que resultaria de tal mobilização, é a condição fundamental da estruturação feliz da Universidade, devendo essa, por sua vez, reforçar continuamente aquêle. Não havendo tal espírito, é inútil recomendar outras medidas: seriam fadadas à rotinização ou ao desvirtuamento.

B. A mudança de nome das Faculdades de Ciências Humanas e Letras e Comunicações para Institutos Centrais de Etc ... De certo a lei permite que qualquer nome - Escola, Faculdade, Instituto - seja dado às unidades centrais (que devem também ministrar um ensino profissional, em nível de graduação e pós-graduação, mas só para restritas categorias: pesquisadores do ensino superior, em particular). O problema, porém, é de clima psico-sociológico: fica ligada a idéia de Faculdade à de profissionalização, de maneira talvez irreversível. Acreditamos que, para desarmar eventuais resistências, é bom tornar, nos próprios nomes, as coisas mais claras: ao se manter por exemplo, a expressão de "Faculdade de Ciências Humanas", as Escolas de Direito e Adminis-

tração poderiam receiar para seus futuros alunos um desvirtuamento antecipado da especialização que pretendem inculcar.

É, por outro lado, desejável que a Faculdade de Educação não seja também de Filosofia. Bem sabemos que a insuficiente distinção, nas atuais Faculdades de Filosofia, das atividades culturais, de pesquisa e de formação de professores secundários têm prejudicado cada uma dessas funções. Importa, pois, que a Faculdade de Educação se dedique exclusivamente à formação dos professores e ao equacionamento de problemas pedagógicos. Quanto à filosofia, em que pese a certas dificuldades, deveria ela constituir um departamento ou setor do Instituto Central de Ciências Humanas (devendo, porém, os futuros professores de filosofia, ingressar na Faculdade de Educação depois de 1 ou 2 anos de formação básica).

C. A incorporação imediata à Universidade dos 2 institutos acima referidos. Só a incorporação, e não simples convênios de colaboração, permitirá que remodelações e ampliações futuras sejam realizadas com a flexibilidade e a rapidez desejáveis. A última reunião mantida em Aracaju com pessoas ligadas aos 2 institutos deixou entrever que tal solução não seria hoje impraticável.

II - Novas Unidades de Particular Relevância para a Universidade.

A. Em qualquer projeto de criação de universidade ou de reforma universitária, a Faculdade de Educação (Instituto Pedagógico, em certos países) constitui uma peça estratégica. Dela depende, com efeito, não só a formação dos mestres do ensino secundário bem como a atualização contínua da pedagogia em todos os níveis e modalidades, inclusive os ensinos superior e técnico. Isso, num momento em que o advento do ensino de massa está a exigir que tal pedagogia seja cientificamente pen

sada e aplicada, em vez de ficar ao sabor da intuição de cada um: o mestre não pode mais se beneficiar com a familiaridade "inata" que existia entre ele e os alunos, de categorias sócio-econômicas mais ou menos favorecidas (mesmo no primário), aos quais se dirigia. Já têm evidenciado, por exemplo, os CECI (Centros de Ensino das Ciências: CECINE, CECIBA etc) brasileiros as profundas transformações que deve sofrer o ensino das matemáticas no ciclo ginásial.

Não se pode tratar de propor um modelo de Faculdade de Educação: não só por causa do caráter sintético deste relatório, bem como porque as soluções que serão adotadas pelas grandes universidades não deixarão de influenciar as pequenas, sendo, porém, a reflexão sobre estes problemas ainda incipiente. Por essa última razão, sugerimos que nenhum modelo seja precipitadamente adotado e aplicado. O tempo de reflexão - um ou dois anos - permitiria, aliás, que alguns dos futuros docentes da Faculdade fôsem formados em outras áreas, eventualmente no estrangeiro: veremos no item seguinte (III) que, mais ainda do que qualquer das outras novas unidades, a Faculdade de Educação deve iniciar seu funcionamento com um corpo docente adequado.

Podemos, porém, esboçar algumas perspectivas:

a) Não é necessário que os professores do ciclo ginásial tenham uma formação igual à dos professores do ciclo colegial. Na maioria dos países verifica-se uma tendência cada vez mais nítida em distinguir as duas formações, aproximando a primeira da requerida para o professor primário: tal aproximação (que não deve ser, porém, uma identificação) facilitando a realização ulterior do tronco comum, de 8 - ou pelo menos 6 - anos, para todas as crianças. Esse tronco comum se afigura desejável por várias razões: sólidos conhecimentos de base para todos, unidade da formação cívico-cultural, igualização das oportunidades, postergação das opções decisivas.

Nessas condições poderia haver duas fontes de recrutamento dos professores ginasiais. Uns viriam das escolas normais - netadamente de uma escola normal modêlo a ser instalada junto à própria Faculdade de Educação, ou que deveria funcionar em ligação estreita com ela: teriam de ficar um ano na Universidade, adquirindo, simultaneamente, alguns créditos "menores" nos Institutos Básicos (nas várias matérias que seriam chamados a ensinar), e a formação pedagógica correspondente na Faculdade de Educação. Outros proviriam da Universidade: os que, depois de um ou dois anos nos Institutos Básicos, desejariam ingressar na Faculdade de Educação, mas não evidenciariam aptidões suficientes para o ensino colegial. Seriam encaminhados para o ensino ginasial, depois de um treinamento pedagógico intensivo (de 1 semestre a 1 ano) na Faculdade.

b) O ensino da didática nunca deveria se divorciar do ensino do conteúdo, para evitar o formalismo e o ritualismo pedagógicos : mesmo depois do ingresso na Faculdade de Educação, os alunos manteriam contatos contínuos com os Institutos Centrais, onde alguns créditos em matérias básicas poderiam ser conseguidos no 2º ano (se a formação de base fôr de 1 ano) ou no 3º ano (se ela fôr de 2 anos). Por outro lado certas matérias de conteúdo (por exemplo psicologia da criança, ou psicologia do adolescente) deveriam ser ministradas na própria Faculdade de Educação.

c) Haveria de assegurar de modo orgânico a orientação, por parte da Faculdade de Educação, das modalidades heterodoxas de formação ou "reciclagem" do professor primário e médio. Pelo menos das melhores dessas modalidades: cursos em 3 (agora em 4) etapas de 3 meses cada uma, dos Centros de Treinamento de Magistério, para o primário; cursos longos longos da CADES (6 meses) e as várias atividades do CECINE (cursos de verão, classes-pilôto, seminários etc ...) para o ensino médio. Para todos êsses tipos de formação - e outros que poderiam surgir, - a Faculdade de Educação funcionaria como um verdadeiro laboratório, tiran-

de a lição dos êxitos e fracassos, propondo e experimentando (ou ajudando a experimentar) novas fórmulas.

d) De modo geral, a Faculdade de Educação há de analisar e, na medida do possível, nortear qualquer tipo de pedagogia: desde a que está sendo utilizada nos cursos do SENAI até a que vigora no ensino da medicina ou da engenharia, passando pela pedagogia das experiências de educação comunitária.

B. A estruturação da Faculdade de Odontologia:

A palestra que fizemos em Aracaju, a convite do Dr. J. Simões dos Reis, para a classe dos dentistas, tem evidenciado a aceitação possível de uma fórmula que permitiria encaminhar certos alunos para o serviço público, depois de 3 anos de formação universitária:

a) No fim do 1º ou 2º ano, depois de ter conseguido seus créditos nas matérias básicas, nos Insitutos de Biologia e Química (acessoriamente de Física), o futuro dentista seria confrontado com o "perfil", mais ou menos rigoroso conforme as possibilidades do mercado, exigido para o ingresso na Faculdade de Odontologia. Tal perfil constaria por uma parte de notas mínimas a serem obtidas nos Institutos Básicos, por outra parte de notas mínima em testes psico-manuais estabelecidos pela própria Faculdade (em colaboração com o departamento de psicologia do Instituto de Ciências Humanas).

b) Os alunos que não alcançariam o perfil - e tampouco teriam a possibilidade (ou o gosto) de ingressar em outras escolas (medicina, farmácia etc ...) da mesma área - poderiam entrar na Faculdade de Odontologia, para receber um treinamento teórico-prático de 1 ano, *(ou 2, se a formação básica for de 1 ano)*. Seriam então habilitados, como funcionários públicos, para exercer a medicina preventiva, particularmente nas escolas e no interior. Poderiam eventualmente ser autorizados a praticar intervenções simples, sob a orientação e a responsabilidade de dentistas com formação completa (um dentis-

ta "maior" controlando vários dentistas "menores") e, êles próprios, dedicados integralmente ao serviço público (sanitaristas).

Acreditamos que, nessa base, a Faculdade de Odontologia do Sergipe poderia se tornar um viveiro de dentistas "menores" para o Nordeste. Claro que a mesma fórmula poderia ser aplicada em outros lugares - o que, certamente, já tem sido cogitado: valeria, porém, é a sua aplicação sistemática, para a qual boas condições parecem reunidas em Aracaju. É evidente que há de existir um certo clima (já suscitado pela pregação do Dr. Simões), capaz de manter o equilíbrio entre duas exigências contraditórias:

a) Deve ser valorizada a profissão de dentista "menor". O que implica, de um lado, que nem todo candidato recusado para dentista "maior" seja aproveitado (aqui também, deve haver um perfil mínimo); e, de outro lado, que haja sempre uma possibilidade, embora difícil, de acesso ulterior para a categoria maior, mediante uma seleção meio-teórica meio-prática, realizada em vários anos, o que permitiria anular eventuais erros iniciais de orientação ou recompensar vocações tardias.

b) Não se deve, porém, permitir que haja uma competição, social ou na prática dentária, com os dentistas "maiores".

C. Fórmulas parecidas podem ser sugeridas para outras áreas (medicina e administração em particular). Como os professores ginasiais e os dentistas "menores", os técnicos intermediários assim formados atenderiam a uma demanda que não pode deixar de ser premente daqui a alguns anos, no plano nacional ou em determinadas regiões, ainda, repletamos, que tal demanda não se verifique no Estado.

III - A formação do Corpo Docente.

De nada adiantaria uma estrutura coerente da Universidade

se a qualidade do corpo docente não lhe correspondesse. A atribuição dos cargos novos que vai implicar a criação das unidades básicas e de algumas unidades profissionais, bem como o desenvolvimento das Faculdades existentes, não pode ser feita na base de uma repartição imediata das tarefas entre os professores atuais, acrescidos de alguns professores improvisados. Há de repensar totalmente o problema do corpo docente.

Nessa linha sugerimos:

1. Que sejam contratados professores e pesquisadores estrangeiros, por períodos de no mínimo 2 anos, nos ramais em que os seminários acima referidos evidenciarão de modo imperativo sua necessidade. Acreditamos que esses técnicos, que poderiam ser obtidos mediante acordos com a USAID, as embaixadas da Alemanha, França, Grã-Bretanha etc ... não custariam muito caro, sendo o essencial dos seus vencimentos e despesas provido pelos respectivos países. Garantimos pessoalmente que tal é a fórmula adotada pela Cooperação Francesa, quer cultural quer técnica. É claro que os pedidos teriam de ser acompanhados da apresentação de um plano de expansão racional da expansão da Universidade, e não só das unidades para os quais se desejaria uma colaboração.

A função desses técnicos, além de contribuir à estruturação pedagógico-científica das respectivas unidades (ou de determinados departamentos), será de formar elementos locais. Idênticos serviços poderiam ser prestados pelos docentes recrutados na região centro-sul.

2. Que um programa de bolsas na região centro-sul e no exterior seja equacionado em relação com a CAPES, determinadas universidades nacionais e os serviços de cooperação técnico-cultural de alguns países. Nas unidades para as quais haveria possibilidade de, simultaneamente, de recrutar pessoal de fora e de mandar pessoal para fora, pensamos que um sistema de rodízio deveria, cada vez que fôsse possível e desejável, permitir a cada futuro assistente de experimentar os dois tipos

de treinamento (1 ano na Universidade e 1 ano fora da Universidade, ou reciprocamente).

3. Que, em 1968 e 1969, nenhuma nomeação seja feita em termos definitivos nas unidades básicas ou nas novas unidades profissionais (ou nos departamentos novos de unidades já existentes). Os assistentes formados nesses 2 anos (alguns graduados poderiam seguir para universidades européias e norte-americanas já em setembro de 1967) regeriam a partir de 1970, as novas cadeiras. A substituição do departamento (ou setor) à cadeira como elemento molecular da Universidade evitaria, por outro lado, uma cristalização precoce do corpo docente: poderiam os assistentes mudar de funções, ou ser mandados para outros estágios, conforme o departamento o julgar conveniente. O acesso gradativo desses assistentes aos graus superiores do magistério coincidiria, pois, com o processo de amadurecimento da Universidade. Não se criariam situações que, depois, se tornariam incontornáveis.

4. Que, nas unidades já providas de titulares, estes estejam sistematicamente convidados a fazer estágios nas condições acima; e que, em todo caso, para qualquer cargo de qualquer unidade (a não ser em situações excepcionais e provisórias), o ingresso de novos docentes seja subordinado a tais estágios (ou a um treinamento no lugar, sob a orientação de professores contratados).

5. Que, mesmo nos ramos (Direito e Medicina por exemplo) em que a dedicação plena à Universidade dificilmente poderá ser exigida, a formação do assistente - quando realizada na própria Universidade - seja em regime de tempo integral.

Que a atividade de todo docente novo seja por uma parte de ensino, e por outra de pesquisa, muito embora a importância de cada parte possa variar consideravelmente e o ensino assumir feições diversas (a aula magistral podendo ser substituída por participação a seminários, gru -

pos de trabalho, redação de bibliografias etc ...). Com efeito não é conveniente - como bem salienta a legislação brasileira referente ao nível superior - que ensino e pesquisa se divorciem: do contrário as aulas, afastadas das fontes de renovação do saber, se rotinizam; enquanto a pesquisa pode se perder quer na abstração quer na estreiteza, se determinados problemas, conexões entre problemas e desdobramentos eventuais de soluções não lhe forem lembrados ou sugeridos pelo diálogo contínuo com mentes jovens.

7. Que, periodicamente, todo docente faça jus ao "ano sabbático", de praxe em numerosas universidades estrangeiras, durante o qual, livre das tarefas do ensino ou de pesquisas com as quais pode não ser totalmente entrosado, poderá se dedicar a trabalhos pessoais ou a atividades de "reciclagem", na Universidade ou fora dela.

Acreditamos que o conjunto dessas medidas representará para a União (e acessoriamente o Estado) um ônus muito menos pesado que a improvisação pragmática, que poderia, a curto prazo, se afigurar uma solução barata (além de atender a certos interesses). Para evitar tal improvisação - e, sobretudo, sua consolidação ulterior -, sugerimos, finalmente, que, em alguns casos, a estruturação de novas unidades ou departamentos seja sistematicamente sustada, até que se encontrem ou tenham sido formados os elementos imprescindíveis a seu funcionamento adequado. Seria o caso, principalmente, para a Faculdade de Educação (vimos que a protelação da sua estruturação é desejável também por outra razão), que, pela magnitude da função social que deve preencher, não pode ser posta em serviço, mesmo que provisoriamente, com professores deficientes.

FICHA DAS ESCOLAS (I)

A) IDENTIFICAÇÃO

NOME

ENDEREÇO

ZONA URBANA OU RURAL

TIPO (primária, secundária, comercial -----ete)

PROPRIEDADE DE (União, Estado, Município, Particulares (1).)

ALUGADO por (União, Estado, Município, Particulares,)

B) PESSOAL

- NOME DO REITOR, REGENTE OU DIRETOR:
- Número de identificação dos mesmos (2):
- Remuneração total por ano dos mesmos:
- Nome e número de identificação de todos os professores e
- remuneração total por ano de cada um deles:

- Nome, identificação e funções de todo o pessoal permanente não-docente e remuneração total por ano de cada um dos mesmos -----:
- Número, funções e número de horas de trabalho de todo o pessoal não-permanente, e remuneração total por ano de cada um dos mesmos:

-
- (1) Dar o nome e endereço do proprietário
 - (2) Nome e identificação da professora, para as escolas que só tenham uma professora.

FICHA DAS ESCOLAS (III)G) CUSTOS DE MANUTENÇÃO

Lista de tôdas as despesas, permanentes ou ocasionais, realizadas para assegurar a limpeza, bom estado e apresentação dos edifícios, móveis e equipamentos da escola, incluindo:

	DESPESAS	
	Ocasionais	Mensais ⁽¹⁾
REPAROS DOS PRÉDIOS		
REPAROS DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		
REPAROS DAS CADEIRAS, CARTEIRAS, MESAS E DEMAIS MÓVEIS		
REPAROS DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, DOS EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E DEMAIS EQUIPAMENTOS		
REPAROS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
DEMAIS REPAROS (ESPECIFICAR)		
SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS SANITÁRIOS		
SUBSTITUIÇÃO DE MÓVEIS		
SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
SUBSTITUIÇÃO DE DEMAIS (ESPECIFICAR)		
PINTURA DOS PRÉDIOS		
PINTURA DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		
PINTURA DOS MÓVEIS		
PINTURA DOS EQUIPAMENTOS		
OUTROS TRABALHOS DE PINTURA (ESPECIFICAR)		
LIMPEZA DOS PRÉDIOS		
LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		
LIMPEZA DOS MÓVEIS		
LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS		
DEMAIS GASTOS DE LIMPEZA (ESPECIFICAR)		
OUTROS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DOS ATIVOS EXISTENTES (ESPECIFICAR)		
CUSTOS TOTAIS DE MANUTENÇÃO		

(1) Incluindo Salários do pessoal e operários.

FICHA DAS ESCOLAS (IV)

H) CUSTOS PROVÁVEIS DE MANUTENÇÃO

De acôrdo com os grupos e categorias de despesas assinaladas no item G, fazer o orçamento das despesas ocasionais e permanentes de manutenção que seriam necessárias para assegurar e manter todos os ativos da escola em perfeito estado de apresentação e operação.

I) CUSTOS DO MATERIAL ESCOLAR DE PEQUENO PORTE

Lista das despesas atuais, por mês e ano, do material escolar de pequeno porte (lêpis, livros, régua, etc) - e lista dos custos prováveis do material verdadeiramente necessário.

J) Custos das despesas atuais, por mês e ano, da merenda escolar, ou da alimentação escolar (pessoal, alimentos, combustível) e lista dos custos prováveis de um serviço verdadeiramente adequado.

K) DESPESAS ANUAIS TOTAIS DA ESCOLA (por ano letivo - 1966 e estimado para 1967)

NCR\$

a) DESPESAS DE CUSTEIO

SALÁRIOS DOS DIRETORES E REGENTES	-----
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL DOCENTE	-----
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL NÃO DOCENTE PERMANENTE (1).....	-----
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL NÃO DOCENTE OCASIONAIS (2)	-----
MATERIAL ESCOLAR DE PEQUENO PORTE	-----
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	-----
ALUGUEL	-----
UTILIDADES (Papel etc. para a administração da escola)	-----

b) DESPESAS DE INVESTIMENTO

CONSTRUÇÕES	-----
REPAROS (2)	-----
SUBSTITUIÇÕES (2)	-----
PINTURA (2)	-----
LIMPEZA (2)	-----
DEMAIS CUSTOS DE MANUTENÇÃO (2)	-----

c) DESPESAS TOTAIS

(1) Excluindo todo pessoal, operários etc. encarregados das reconstruções, reparos, substituições, pinturas, limpeza.

(2) Incluindo pessoal e operários.

FICHA DOS PROFESSORES (I)

A) IDENTIFICAÇÃO: NOME COMPLETO
SEXO
ESTADO CIVIL (com o nome e idade dos filhos, se houver)
LOCAL E DATA DE NASCIMENTO
ENDEREÇO PESSOAL
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR

B) ESTUDOS E EXPERIÊNCIA : NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO: Primário
Ensino Secundário
Normal (1)
Comercial
Agrícola
Industrial
Ensino Superior (2)

- BOLSAS
- DIPLOMAS
- CURSOS DE TREINAMENTO
- ESPECIALIDADES (3)
- NÚMERO DE ANOS DE EXPERIÊNCIA DOCENTE
- TIPO DE ENSINO:
 - passado (4)
 - atual

C) ATIVIDADES ATUAIS : ESCOLA ONDE TRABALHA:

- nome da escola
- grau de ensino (primário, secundário, etc.)
- tipo de escola (federal, estadual, municipal ou particular).
- número de identificação da escola.
- SÉRIE EM QUE LECIONA:
- ou que LECIONOU:

(1) Identificar com nome e endereço da Escola Normal

(2) Identificar Escola Superior e Faculdade

(3) Por exemplo: Alfabetização de adultos; Latino; Química Orgânica etc.

(4) Por exemplo: 2 anos 1ª série primária, ou: 2 anos de matemática superior, Universidade do Rio, etc.

FICHA DOS PROFESSORES (II)

- OUTRAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS
(em comissões, pesquisas, trabalhos administrativos, etc)
- NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO POR SEMANA:
- ATIVIDADES DOCENTES: Horas
 - aulas
 - preparação de aulas
 - administração
- ATIVIDADES NÃO-DOCENTES

D) REMUNERAÇÃO :

NCr\$

- SALÁRIO:
 - por mês
 - por ano
- REMUNERAÇÃO POR HORAS ou POR AULAS
- SEGURANÇA SOCIAL, GRATIFICAÇÕES,
SALÁRIO-FAMÍLIA
- DIÁRIAS DE VIAGENS
- OUTROS PROVENTOS
- TOTAL GERAL DAS REMUNERAÇÕES,
ANO 1966 e estimado para 1967

E) ÓRGÃO PAGADOR :

- UNIÃO
- ESTADO
- MUNICÍPIO
- PARTICULARES
- OUTROS (especificar)

FICHA DO PESSOAL NÃO-DOCENTE

A) IDENTIFICAÇÃO : NOME COMPLETO

SEXO

ESTADO CIVIL (com o nome e idade dos filhos, se houver)

LOCAL E DATA DE NASCIMENTO

ENDEREÇO PESSOAL

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

B) ESTUDOS E EXPERIÊNCIA

: PROFISSÃO

NÚMERO DE ANOS DE EXPERIÊNCIA NA SUA PROFISSÃO

NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO : Primário

Ensino Secundário

Normal

Comercial

Agrícola

Industrial

Ensino Superior

DIPLOMAS

C) ATIVIDADES :

ESCOLA ONDE TRABALHA :

- nome da escola
- grau de ensino (primário, secundário, etc)
- tipo de escola (federal, estadual, municipal ou particular).
- número de identificação da escola.

ATIVIDADES DESEMPENHADAS

Nº DE HORAS DE TRABALHO : por semana

por mês

por ano

D) REMUNERAÇÃO :

SALÁRIO

NCr\$

- por hora

- por dia

- por mês

- por ano

SEGURANÇA SOCIAL, GRATIFICAÇÕES,

SALÁRIO FAMÍLIA

OUTROS PROVENTOS (especificar).

REMUNERAÇÃO ANUAL TOTAL

(em 1966 e estimada para 1967)

- E) ÓRGÃO PAGADOR :
- UNIÃO
 - ESTADO
 - MUNICÍPIO
 - PARTICULARES
 - OUTROS (especificar)

FICHA DOS ALUNOS

(para cada uma das escolas, colégios, faculdades universitárias, etc)

- NOME E ENDERÊÇO E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA ESCOLA
 - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
 - TIPO DE ESCOLA (pré-primária, primária, comercial, normal, industrial, agrícola, secundária, universidade) ^{1/}
 - PROPRIETÁRIO (União, Estado, Município, privados)
 - Nº DE DIRETORES, REITORES não docentes.
 - Nº DE PROFESSORES
 - Nº DE PESSOAL NÃO-DOCENTE
 - Nº TOTAL DE ALUNOS : INÍCIO DO ANO
DATA DO CENSO
FINAL DO ANO ANTERIOR
 - Nº DE SALAS DE AULA
-

^{1/} Se a escola dá simultaneamente dois tipos de ensino (comercial e industrial; ou Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina, etc) fazer duas fichas.

QUADRO 1ESTADO DE SERGIPERENDA PER CAPITA EM CRUZEIROS

ANO	SERGIPE	NORDESTE	BRASIL
1963 ^{A/}	58.500	51.100	99.700
1964 ^{A/}	112.200	100.200	187.500

Fonte: A/ Plano de desenvolvimento de Sergipe

QUADRO 2ESTADO DE SERGIPERENDA INTERNA SEGUNDO ORIGEM

(em bilhões de Cruzeiros)

	<u>1964</u> ^{A/} (bilh. Cruz. 1964)	<u>1967</u> ^{1/} (bilh. Cruz. 1964)
AGRICULTURA	44.0	160.0
INDÚSTRIA	10.8	39.1
SERVIÇOS	26.4	95.5
GOVERNO	<u>8.0</u>	<u>29.2</u>
TOTAL	89.3	323.8

FONTE: A/ Plano de Desenvolvimento de Sergipe

NOTA : 1/ Supor-se-á que a população aumenta 2% ao ano, a produtividade 1% ao ano, e os preços 3,3 vezes de 1964 até dezembro de 1967.

QUADRO 3ESTADO DE SERGIPE

ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO PROVÁVEL DA MATRÍCULA
 POR SISTEMAS E POR NÍVEIS EDUCACIONAIS - ENTRE 1965 E 1967

 MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO

 (A) ENSINO PRIMÁRIO COMUM (crescimento 1965/67 - 5,5% por ano)

	<u>1965</u>	<u>1966</u>	<u>1967</u>
TOTAL	88.800	93.200	98.300
ESTADUAL	42.200	44.300	46.700
MUNICIPAL	31.700	33.400	35.300
PARTICULAR	14.600	13.400	16.200

 (B) ENSINO MÉDIO (crescimento 1965/67 - 7% por ano)

	<u>1965</u>	<u>1966</u>	<u>1967</u>
TOTAL	13.990	15.000	16.000
FEDERAL	1.110	1.190	1.270
ESTADUAL	4.180	4.470	4.780
MUNICIPAL	390	420	450
PARTICULAR	8.310	8.890	9.500

 (C) ENSINO SUPERIOR (crescimento 1965/67 - 10% por ano)

	<u>1965</u>	<u>1966</u>	<u>1967</u>
TOTAL	421	463	500
FEDERAL	123	135	148
ESTADUAL	123	135	148
PARTICULAR	175	193	213

QUADRO 4

ESTADO DE SERGIPE

MATRÍCULA PROVÁVEL DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

(incluindo Escolas federais, estaduais, municipais e particulares)

em 000 alunos

ANO	Total		Urbanos		Rurais	
	Início ano	Fim ano	Início ano	Fim ano	Início ano	Fim ano
1964	85.3 ^{1/}	82.3 (82.1) ^{1/}	47.2 ^{1/}	45.7 ^{1/}	38.0 ^{1/}	37.1 ^{1/}
1965	88.8 ^{1/}	86.8	44.3 ^{1/}		44.5 ^{1/}	
1966	...	91.7 ^{2/}	...	47.5 ^{2/}	...	44.2 ^{2/}
1967	98.3 ^{4/}	96.7 ^{2/}	50.8 ^{4/}	50.1 ^{3/}	47.5 ^{4/}	46.6 ^{2/}

^{1/} Cifras do IBGE. Anuário Estatístico 1965

^{2/} Taxa de Crescimento de 5,5% por ano: cálculo baseado em informações e séries apresentadas em "Plano de Desenvolvimento do Estado de Sergipe".

^{3/} Em 1967, a matrícula nas escolas urbanas seria de 51.7% da matrícula total

^{4/} Supor-se-á que em 1967 a matrícula no início do ano tenha sido de 101.7% da matrícula do fim do ano.

QUADRO 5

ESTADO DE SERGIPE

DISTRIBUIÇÃO PROVÁVEL DA MATRÍCULA DA ESCOLA PRIMÁRIA POR SÉRIES

1963/67 (início do ano - 000 alunos)

(TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO)

C. B. P. E.

ANO	SÉRIES				TOTAL ^{2/}
	I ₍₁₎ ^{2/}	I ₍₂₎ ^{2/}	I ₍₃₎ ^{2/}	I ₍₄₎ ^{2/}	
1963 ^{1/}	57.8	10.8	6.0	3.9	78.5
1964	62.3	11.8	6.8	4.4	85.3
1965	67.1	11.3	6.1	3.9	88.3
1966	70.9	11.9	6.4	4.1	93.3
1967	74.7	12.5	6.8	4.3	98.3

^{1/} Dados de 1963 de acordo com o IBGE

^{2/} Crescimento da matrícula 5.5% por ano.

QUADRO 6

ESTADO DE SERGIPE

MODELO ESTRUTURA PROVÁVEL DA ASSISTÊNCIA
A ESCOLAS PRIMÁRIAS

	<u>URBANO</u>		<u>RURAL</u>			
	<u>Total</u>	<u>1º Ano</u>	<u>Total</u>	<u>1º Ano</u>	<u>Total</u>	<u>1º Ano</u>
POPULAÇÃO TOTAL (pessoas)	385.000		486.000		871.000	
ASSISTÊNCIA MÁXIMA TEÓRICA EM % DA POPULAÇÃO	11.00	2.9	11.00	2.9	11.00	2.9
ASSISTÊNCIA MÁXIMA TEÓRICA (alunos)	42.350	11.165	53.460	14.094	95.810	25.259
ASSISTÊNCIA MÁXIMA PRÁTICA EM % DE A.M.T.	98	98	72	72	84	84
ASSISTÊNCIA MÁXIMA PRÁTICA (alunos)	41.500	11.000	38.591	10.146	80.091	21.146
MATRÍCULA NOVA EM % DA A.M.P.	60	100	34	98	47	99
MATRÍCULA NOVA EM % DA A.M.T.	<u>58.5</u>	<u>100</u>	<u>25.4</u>	<u>70</u>	<u>40</u>	<u>84</u>
MATRÍCULA NOVA (alunos)	24.800	11.000	13.600	10.000	38.400	21.000
TAXA DE REPETÊNCIA (Assistência início ano em % da Matrícula Nova)	2.04	2,93	3.50	4.24	2.50	3.55
ASSISTÊNCIA INÍCIO ANO (alunos)	50.800	32.300	47.500	42.400	98.300	74.700

QUADRO 7

ESTADO DE SERGIPE
 MODÉLO ESTRUTURA PROVÁVEL REPETÊNCIA E EVASÃO
 ESCOLA PRIMÁRIA - em 1967
 POR SÉRIES E SETORES
 (Matrícula no início do ano - 000 alunos)

	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	TOTAL(1)
MATRÍCULA TOTAL	74.7	12.5	6.8	4.3	98.3
NOVA	21.0	8.0	5.4	4.0	38.4
REPETENTES	53.7	4.5	1.4	0.3	59.9
TAXA REPETENTES	3.55	1.56	1.26	1.07	2.50
MATRÍCULA TOTAL EM % DA MATRÍCULA NOVA I(1)	100	33	22	16	—
MATRÍCULA URBANA	32.3	10.0	5.0	3.5	50.8
NOVA	11.0	6.5	4.0	3.3	24.8
REPETENTES	21.3	3.5	1.0	0.2	26.0
TAXA REPETENTES	2.93	1.50	1.25	1.06	2.04
MATRÍCULA TOTAL EM % DA MATRÍCULA NOVA I(1)	100	59	36	30	—
MATRÍCULA RURAL	42.4	2.5	1.8	0.8	47.5
NOVA	10.0	1.5	1.4	0.7	13.6
REPETENTES	32.4	1.0	0.4	0.1	33.9
TAXA REPETENTES	4.24	1.66	1.30	1.14	3.50
MATRÍCULA TOTAL EM % DA MATRÍCULA NOVA I(1)	100	15	14	7	—

QUADRO 8ESTADO DE SERGIPEPROJEÇÃO DA MATRÍCULA URBANA

ANO	POPULAÇÃO (000)	NOVOS ALUNOS NO 1º ANO (000)		NOVOS ALUNOS NO 2º ANO TAXA EM % ^{1/} DE I ^{1/} (000)		NOVOS ALUNOS NO 3º ANO TAXA EM % ^{1/} DE I ^{1/} (000)		NOVOS ALUNOS NO 4º ANO TAXA EM % ^{1/} DE I ^{1/} (000)		TOTAL NOVOS ALUNOS (000)	TAXA DE REPETÊNCIA (nº total dividido pela nova matrícula)	TOTAL DE ALUNOS (000)
1967	395.0	11.0	59	6.5	36	4.0	30	3.3	24.8	2.04	50.8	
1968	399.0	11.4	60	6.8	38	4.3	33	3.8	26.3	1.94	51.0	
1969	415.0	11.9	61	7.2	40	4.8	36	4.3	28.2	1.84	51.8	
1970	438.0	12.5	62	7.7	42	5.2	39	4.9	30.3	1.74	52.7	

^{1/} 2.9% da população. Índice de disponibilidade: 0.98.

QUADRO 9

ESTADO DE SERGIPE

PROJEÇÃO DA MATRÍCULA RURAL

Ano	População	Novos Alunos no Primeiro Ano	Novos Alunos de I (2) Taxa % de I(1)	Novos Alunos de I (3) Taxa % de I	Novos Alunos de I (4) Taxa % de I	Total Novos Alunos	Taxa de Repetência	Número Total de Alunos
1967	486	10.000	15 1.500	14 1.400	7 700	13.600	3.5	47.500
1968	489	10.070	19 1.910	17 1.710	9 900	14.590	3.3	48.150
1969	492	10.135	23 2.330	20 2.025	11 1.115	15.605	3.1	48.375
1970	495	10.200	27 2.750	23 2.340	13 1.325	16.615	2.9	48.180

(1) Assistência máxima teórica : 2,9% da População
Índice de disponibilidade : 0,71
Assistência máxima prática : 2.06% da População

QUADRO 10ESTADO DE SERGIPEQUALIFICAÇÕES DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIOem 1964 A/

	<u>URBANOS</u>		<u>RURAL</u>	<u>TOTAL</u>
	<u>ARACAJU</u>	<u>OUTROS</u>		
Normalistas	435	182	19	636
Não-normalistas com educação de nível médio	142	241	63	446
Não-normalistas com educação de nível primário	69	543	890	1502
TOTAL GERAL	646	966	972	2584

FONTE: A) Censo Escolar de 1964.

QUADRO 11

ESTADO DE SERGIPE

UNIDADES ESCOLARES
ENSINO PRIMÁRIOANO - 1963

	<u>UNIDADES ESCOLARES</u>	<u>MATRÍCULA GERAL</u>	<u>PROFESSORES</u>	<u>MATRÍCULA POR UNID.</u>	<u>MATRÍCULA POR PROF.</u>	<u>PROF. POR UNID.</u>
TOTAL	<u>1.315</u>	<u>78.543</u>	<u>2.133</u>	<u>60</u>	<u>37</u>	<u>1.62</u>
ESTADUAIS	506	39.444	1.015	79	39	2.02
MUNICIPAIS	644	27.225	728	42	37	1.14
PARTICULARES	164	11.835	389	66	30	2.20
URBANAS	465	42.175	1.234	90	34	2.65
RURALS	850	36.368	899	43	40	1.07

ANO - 1965

TOTAL	<u>1.716</u>	<u>98.816</u>	<u>2.509</u>	<u>52</u>	<u>35</u>	<u>1.48</u>
ESTADUAIS	642	42.175	1.093	66	38	1.73
MUNICIPAIS	863	31.682	919	37	36	1.03
PARTICULARES	201	14.591	487	73	30	2.43
URBANAS	586	44.278	1.351	76	34	2.24
RURALS	1.130	44.538	1.158	39	38	1.03

FONTE: A/ Anuário Estatístico do Brasil. IBGE

QUADRO 12

ESTADO DE SERGIPE

ENSINO MÉDIO

DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO
em 1965 ^{A/}

	<u>TOTAL</u> <u>GERAL</u>	<u>%</u>	<u>GINÁSIO</u>	<u>COLÉGIO</u>	<u>FEDERAL</u>	<u>ESTADUAL</u>	<u>MUNICIPAL</u>	<u>PARTICULAR</u>
ALUNOS	13.997	100	10.821	3.176	1.119	4.177	387	8.314
CORPO DOCENTE	957	-	705	252	115	242	18	582
ALUNOS em %	<u>100</u>	-	<u>77</u>	<u>23</u>	<u>8</u>	<u>30</u>	<u>3</u>	<u>59</u>
<hr/>								
<u>Nº de ALUNOS</u>								
SECUNDÁRIO	10.686	<u>76</u>	9.277	1.409	106	3.141	397	7.052
COMERCIAL	1.475	<u>11</u>	806	669	-	763	-	712
INDUSTRIAL	880	<u>6</u>	581	299	775	-	-	105
AGRÍCOLA	258	<u>2</u>	157	81	258	-	-	-
NORMAL	718	<u>5</u>	-	718	-	273	-	445
<hr/>								

FONTE: ^{A/} Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

QUADRO 13

ESTADO DE SERGIPE
 ENSINO SUPERIOR
 DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA (ALUNOS)

	1963 ^{1/}	1964 ^{1/}	1965 ^{2/}	% do TOTAL em 1965
ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA	49	70	75	18
DIREITO	89	113	123	30
ENGENHARIA	39	40	48	11
FILOSOFIA, CIÊNCIAS, LETRAS	59	62	74	17
MEDICINA	40	49	69	16
SERVIÇO SOCIAL	34	23	32	8
TOTAL	310	357	421	100
ESTADO (ADMINISTRAÇÃO-ENGENHARIA) ..	88	110	123	30
FEDERAÇÃO (DIREITO)	89	113	123	30
PARTICULARES (FILOSOFIA, MEDICINA, SERVIÇO SOCIAL).....	133	134	175	40

FONTE: ^{A/} Anuário Estatístico do Brasil - IBGE (1966)

NOTAS: ^{1/} Início do Ano.

^{2/} Fim do Ano.

QUADRO 14

ESTADO DE SERGIPE

CÁLCULO DO VALOR REAL DAS DESPESAS DO SISTEMA DE ENSINO ESTADUAL

	<u>ÍNDICE PREÇOS</u>		<u>VALOR DO CRUZEIRO DO ANO EM % do CRUZ. de 1967^{1/}</u>	<u>DESPESA DO SERGIPE em EDUCAÇÃO (Bilhões)</u>	<u>DESPESA EM CRUZEIROS^{1/} de 1967</u>
1963-4	91,0 (1963)	632		0,37 ^{2/}	2,34
1964-5	64,0 (1964)	331		0,77 ^{2/}	2,55
1965-6	50,0 (1965)	202		1,14 ^{2/}	2,30
1966-7 ^{2/}	35,0 (1966)	135		1,01 ^{3/}	2,45
	(1967)			4,10 ^{3/}	4,10

^{1/} Cruzeiros dos Meses de Janeiro a Março de 1967, isto é, um cruzeiro que tem 74% do valor aquisitivo do Cruzeiro de 1966.

^{2/} DESPESAS EFETIVAS.

^{3/} DESPESAS ORÇADAS.

QUADRO 15

ESTADO DE SERGIPE

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA 1967

(Milhões de Cruzeiros)

A. GASTOS DE CUSTEIO

	<u>SALÁRIOS</u> ^{1/}	<u>AUMENTOS</u> ^{2/} <u>SALARIOS</u>	<u>GASTOS DE</u> ^{3/} <u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>OUTROS</u> ^{1/} <u>GASTOS</u>	<u>TOTAL</u>
PRIMÁRIO	981	1.340	95	86	2.502
MÉDIO	319	300	26	28	673
SUPERIOR	73	70	6	15	164
OUTROS	<u>40</u>	<u>40</u>	<u>3</u>	<u>11</u>	<u>94</u>
TOTAL	1.413	1.750	130	140	3.433
B. <u>INVESTIMENTOS</u> ^{1/}				388
C. <u>AUXÍLIOS</u> ^{1/}				308
D. ORÇAMENTO TOTAL DA SECRETARIA				<u>4.130</u>

FONTE: Orçamento para 1967
Estado de Sergipe.

NOTAS: 1/ De acôrdo com a análise do orçamento realizada pelo grupo GESE.

2/ Cifras estimadas. O maior objetivo do aumento dos salários foi de melhorar as condições dos leigos e dar-lhes o salário mínimo, o que implicava para eles em um aumento maior de 100%.

3/ Supor-se-á que os Gastos de administração da Secretaria tenham sido distribuídos proporcionalmente aos demais gastos correspondentes a cada um dos níveis de ensino.

QUADRO 16

ESTADO DE SERGIPE

SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

GASTOS DE CUSTEIO POR ALUNO em 1967

	ESTIMATIVA NÚMERO DE ALUNOS	ORÇAMENTO GASTOS DE CUSTEIO (Milhões)	GASTOS DE CUSTEIO CRUZEIROS ^{1/} (per capita-ano)
PRIMÁRIO	46.700	2.502	53.500
MÉDIO	4.780	673	141.000
UNIVERSIDADE	197	164	835.000

NOTA: 1/ Cruzeiros de janeiro-fevereiro de 1967.

QUADRO 17

ESTADO DE SERGIPE

INVESTIMENTOS. CONVÊNIO SUDENE/USAID de 1963

Período 1964-66

(Em Milhões de Cruzeiros)

CONSTRUÇÃO	633.3
RECONSTRUÇÃO	460.7
EQUIPAMENTO	86.5
MERENDA ESCOLAR	14.7
CONSTRUÇÃO CENTRO DE TREINAMENTO	48.5
EQUIPAMENTO DO CENTRO DE TREINAMENTO	29.7
EQUIPAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	11.2
PESSOAL ADMINISTRATIVO E TÉCNICO	<u>86.6</u>
SUB-TOTAL	1.371.2
OUTROS NÃO DEFINIDOS	<u>256.9</u>
TOTAL GERAL	1.628.1

 FONTE: Secretaria de Educação - SERGIPE

QUADRO 18

ESTADO DE SERGIPE

 DESPESAS DE INVESTIMENTO E
 TREINAMENTO em EDUCAÇÃO - PROGRAMAS ESPECIAIS
 (Milhões de Cruzeiros)

	<u>1963</u>	<u>1964</u>	<u>1965</u>	<u>1966</u>	<u>1967</u>
PLANO NACIONAL					
ENSINO PRIMÁRIO	49	177	447	72 ^{1/}	637
ENSINO MÉDIO	30	105	402	78 ^{1/}	570
SALÁRIO EDUCAÇÃO (PRIM.)					
ESTADUAL	-	-	-	47	87
FEDERAL	-	-	-	95	352
CONVÊNIO SUDENE/USAID ^{2/}	-	200	500	930	243 ^{3/}
CONDESE	-	-	-	-	630
TOTAL	79	482	1.349	1.222	2.519

NOTA: Dados provisórios apresentados pela Secretaria de Educação ou estimados pela Missão CEOSE.

- 1/ A primeira parcela efetivamente obtida, foi de 78 Milhões para o ensino primário e de 72 para o ensino médio.
As demais verbas que correspondem a 1966 são de 144 Milhões para o ensino primário e 144 Milhões para o ensino secundário e foram recebidas em 1967.
- 2/ As despesas totais 1964-66 foram de Cr\$ 1.628.083.908 de acordo com o Quadro _____. Supõe-se-á que a distribuição anual, em valor real, aumenta de 20% ao ano.
- 3/ O Estado deve cerca de 52 Milhões à SUDENE/USAID. Liquidada esta dívida poderá firmar um novo convênio com SUDENE/USAID de 400 Milhões para 3 anos. Também a SUDENE pagará 110 Milhões adicionais. O orçamento SUDENE/USAID poderá alcançar 243 Milhões.

QUADRO 19

ESTADO DE SERGIPE

ESTIMATIVA GERAL - DESPESAS COM O ENSINO
NO ANO 1967(em milhões de cruzeiros velhos - Valor aquisitivo
de Janeiro/Fevereiro 1967)

	CUSTEIO	INVESTIMENTO e TREINAMENTO	TOTAL
PRIMÁRIO			
ESTADUAL	2.502	2.337 ^{1/}	4.839
MUNICIPAL	1.855 ^{3/}	185 ^{4/}	2.040
PARTICULAR	859 ^{5/}	86 ^{4/}	945
SUB-TOTAL	5.216	2.608	7.824
MÉDIO			
FEDERAL	177 ^{6/}	18 ^{4/}	195
ESTADUAL	673	570 ^{2/}	1.243
MUNICIPAL	63 ^{7/}	6 ^{4/}	69
PARTICULAR	1.330 ^{8/}	133 ^{4/}	1.463
SUB-TOTAL	2.243	727	2.970
SUPERIOR			
ESTADUAL	164	-	164
FEDERAL	123 ^{2/}	12 ^{4/}	135 ^{11/}
PARTICULAR	190	19 ^{4/}	209 ^{11/}
SUB-TOTAL	477	31	508
OUTROS			
ESTADUAL	94	9	103
TOTAL			
FEDERAL	300	30	330
ESTADUAL	3.433	2.916	6.349
MUNICIPAL	1.918	191	2.109
PARTICULAR	2.379	238	2.617
TOTAL	8.030	3.375	11.405

FONTES:

- NOTAS: 1/ 388 Financiados pelo Estado - 1949 por USAID/MEC/SUDENE e CONDESE
 2/ SÓ O PLANO NACIONAL ENSINO MÉDIO. Supor-se-á que tôdas as demais despesas dos Convênios tenham sido orientadas até o ensino primário.
 3/ 35.300 alunos a 53.000 Cruz. c/u -
 4/ 10% dos Gastos de Custeio
 5/ 16.200 alunos a 53.000 Cruz. c/u -

cont.

- 6/ 1.270 alunos a 140.000 Cruzeiros/ano.
7/ 450 alunos a 140.000 Cruzeiros/ano.
8/ 9.500 alunos a 140.000 Cruzeiros/ano.
9/ 148 alunos a 835.000 Cruzeiros/ano.
10/ 228 alunos a 835.000 Cruzeiros/ano.
11/ Supõe-se que o orçamento total pelo ensino superior federal e particular é de 344 Milhões.

De acôrdo com o INEP as previsões do orçamento federal são:

	<u>MCruz.</u>
DIREITO	211.0
QUÍMICA	30.0
SERVIÇO SOCIAL	12.0
FILOSOFIA	30.0
CIÊNCIAS ECON.	1.5
FILOSOFIA	3.0
DIVERSOS	59.5
GEOGRAFIA/HISTÓRIA	6.8
TOTAL (PARCIAL)	<u>353.8</u>